

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADEMICO DO AGRESTE

Bruno Alves Beserra

A HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ NO PERÍODO ENTRE GUERRAS:

Como uma das maiores economias europeias enfrentou sua maior crise

Caruaru

2013

Bruno Alves Beserra

A HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ NO PERÍODO ENTRE GUERRAS:

Como uma das maiores economias europeias enfrentou sua maior crise

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Pernambuco-
Centro Acadêmico do Agreste como requisito
para obtenção do título de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Dr. André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2013

Catálogo na fonte
Bibliotecária Simone Xavier CRB4 - 1242

B554h Beserra, Bruno Alves.
A hiperinflação alemã no período entre guerras: como uma das maiores economias europeias enfrentou sua maior crise. / Bruno Alves Beserra. - Caruaru: O Autor, 2013.
65f; il.; 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA. Economia, 2013.
Inclui bibliografia

1. Alemanha – Política econômica. 2. Tratado de Versalhes. 3. Nazismo. I. Martins, André Luiz de Miranda. (orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2013-35)

Bruno Alves Beserra

A HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ NO PERÍODO ENTRE GUERRAS:

Como uma das maiores economias europeias enfrentou sua maior crise

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Caruaru, 02 de maio de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. (André Luiz de Miranda Martins)

Prof. (Glaudionor Gomes Barbosa)

Prof. (Atenágoras Oliveira Duarte)

DEDICATÓRIA

A minha família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me mostrarem sempre a importância de uma boa educação;
Aos meus irmãos e irmãs pelo apoio incondicional;
A toda minha família pela paciência com os momentos de ausência;
Aos meus amigos Fábio e Adriana e minha afilhada Lavínia pelo “porto seguro”;
A minha amiga Clécia pelas orações e torcida constantes;
Aos meus amigos Lafayette e Wilma pelas “portas sempre abertas”;
Aos meus amigos Jefferson e Elaine por toda amizade e consideração;
A minha amiga Laís por sua simplicidade;
Ao meu amigo Sérgio Casé pela ajuda nos (muitos) momentos de sufoco;
Ao meu amigo João pela força e exemplo;
Ao meu amigo Ewerton por sua generosidade;
A minha amiga Lucineide por sua alegria e serenidade;
Ao meu amigo Wayesley pelo desprendimento;
A minha amiga (narcoléptica) Karina pelos papos cabeça (e às vezes sem cabeça também);
A minha amiga Ana Cláudia por sua coragem;
A minha amiga Érika por sua bondade;
A minha amiga Edja por sua perseverança;
Ao meu amigo Erivaldo por partilhar comigo todo o seu conhecimento sobre as Grandes Guerras;

Aos amigos Wagner, Bruno Orestes, Luiz Carlos, Marly, Cleidiomar, Kelly Sama, Helenildo, Daniel, Brendha, Dani, Sabrina, Rodrigo Cavendish, André Oliveira e muitos outros que não pude citar neste momento e outras tantas pessoas que não se fazem mais presentes constantemente, mas que mesmo distantes torcem para que tudo dê certo;

Aos professores do CAA pela ajuda em todos os momentos;

Ao professor André Martins por acreditar que eu fosse capaz de realizar tudo isto, mesmo com tantos percalços. Para sempre me sentirei honrado.

Finalmente, a Deus. Por proporcionar a existência de todos vocês em minha vida para que desta forma eu possa me tornar uma pessoa melhor.

E como diria alguém que eu conheço: DEU CERTO!

EPÍGRAFES

“Sonhe alto. Sonhe alto.”

O príncipe das marés, Pat Conroy

“E naquele momento eu seria capaz de jurar que éramos infinitos.”

As vantagens de ser invisível, Stephen Schbosky

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar como a Alemanha conseguiu se recuperar após a derrota na Primeira Guerra Mundial, e conseqüente assinatura do tratado de Versalhes, passando por um momento de crise econômica extrema, para em seguida realizar uma modificação em toda sua estrutura política e econômica para que pudesse alcançar novamente a hegemonia mundial sob a ótica nazista. Este regime totalitário adotou uma política econômica de cunho keynesiano cujas metas priorizavam os investimentos realizados em indústrias de base e infraestrutura, que inicialmente procuraram combater o desemprego. A análise de dados mostra como as indústrias tiveram que se adequar a um programa estatal voltado para a preparação do país para uma nova guerra.

Palavras-chave: Alemanha, Tratado de Versalhes, Keynes, Hjalmar Schacht, Nazismo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to show how the Germany was able to recover itself after its defeat at the First World War, and the consequent signing of the Treaty of Versailles, passing by a time of extreme economic crisis, to then to make a change in all its political and economic structure so that it could reach again the world hegemony under the Nazi viewpoint. This totalitarian regime adopted an economic policy with a keynesian basis imprint whose goals prioritized investments in basic industries and infrastructure, which initially sought to combat unemployment. The data analysis shows how industries have had to adapt themselves to a state program aimed at preparing the country for a new war.

Keywords: Germany, Treaty of Versailles, Keynes, Hjalmar Schacht, Nazism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – O MUNDO APÓS A “GRANDE GUERRA”: DO TRATADO DE VERSALHES À REPÚBLICA DE WEIMAR.....	13
CAPÍTULO 2 – DA HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ AO <i>CRASH</i> DE 1929.....	27
2.1 A proposta keynesiana para estabilização do marco alemão na década de 20.....	31
2.2 A ‘Hiperestabilização’ de Hjalmar Schacht.....	36
2.3 O Plano Dawes e Young e o “Crash” de 1929.....	39
CAPÍTULO 3 – ASCENSÃO DA ECONOMIA NAZI.....	43
3.1 A economia durante a depressão econômica e a ascensão nazista.....	43
3.2 Os planos quadrienais.....	47
3.3 A eficiência da política econômica nazista durante o segundo Reich.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	64

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, um dos períodos mais conturbados foi o início do século XX. “Sua história e, mais especificamente, a história de sua era inicial de colapso e catástrofe devem começar com a da guerra mundial de 31 anos” (HOBSBAWM, 2010, p.30). Assim este autor chama o período que vai de 1914 (início da Grande Guerra) até 1945 (final da II Guerra Mundial) que mudou completamente as relações sociais políticas e econômicas no mundo inteiro.

Neste contexto situava-se a Alemanha, país que no início do século XX era uma das nações mais poderosas da Europa, mas que saiu completamente arrasada e humilhada após o fim da Grande Guerra, tendo que arcar com todo o ônus do conflito. O Tratado de Versalhes, imposto a ela pelos aliados, representou o início de um mergulho no caos social, político e econômico que fez com que enfrentasse uma das piores crises hiperinflacionárias da História. Foi neste contexto que se viu surgir o movimento fascista na Alemanha que defendia um nacionalismo exacerbado e a noção de uma raça superior, colocando a nação como um bem maior, cuja defesa ocorreria através da união do povo sob a égide do Estado representado por um líder, cuja palavra é a lei, que a levaria à salvação. Nascia, então, o partido Nazista.

O primeiro capítulo deste trabalho aborda a situação em que se encontrava a Alemanha após o término da I Guerra Mundial, a assinatura do tratado de Versalhes que a transformou na única culpada pelo conflito e toda a descentralização política e econômica que ocorreu posteriormente.

No segundo capítulo, será abordado mais detalhadamente como o país enfrentou a maior crise econômica de sua história, passando desde uma análise keynesiana para solução do problema até a Hiperestabilização de Hjalmar Schacht, proporcionado pelo “milagre do Rentenmark”, que fez com que o país conseguisse vislumbrar um retorno à normalidade, para logo em seguida voltar à crise por causa do crash de 29.

Finalmente, o último capítulo aborda a ascensão nazista ao poder e como eles foram capazes de levar o país a uma situação de pleno emprego, submetendo a economia à total submissão do Estado e utilizando o receituário keynesiano, antes mesmo que este fosse formalmente estabelecido.

Os nazistas foram capazes de empreender uma política de reconstrução econômica aliando crescimento e equidade através da aplicação das teorias econômicas keynesianas de intervenção do estado na economia e elevação do nível de investimentos com vistas a atingir

uma situação de pleno emprego. No entanto, uma vez que as teorias keynesianas ainda não estavam completamente formalizadas à época da ascensão nazista, toda aplicação se deu de forma experimental, o que poderia caracterizar os nazistas como pré-keynesianos.

O trabalho apresentado é de caráter exploratório, uma vez que se constitui numa primeira abordagem do tema. Sua construção foi baseada em pesquisas documentais e bibliográficas nas áreas de História, História econômica, o livro *Minha Luta*, escrito por Adolf Hitler, além do acréscimo de pequenos trechos literários que falassem do ambiente cultural e político.

CAPÍTULO 1 – O MUNDO APÓS A “GRANDE GUERRA”: DO TRATADO DE VERSALHES À REPÚBLICA DE WEIMAR

"Aquele foi o melhor dos tempos, foi o pior dos tempos; aquela foi a idade da sabedoria, foi a idade da insensatez, foi a época da crença, foi a época da descrença, foi a estação da Luz, a estação das Trevas, a primavera da esperança, o inverno do desespero; tínhamos tudo diante de nós, não tínhamos nada diante de nós, íamos todos direto ao Paraíso, íamos todos direto no sentido contrário".

Um conto de Duas Cidades, Charles Dickens.

Ao contrário da Segunda Guerra Mundial onde os países entraram em guerra contra a Alemanha, após a invasão da Polônia, a causa da Grande Guerra não é tão fácil de ser apontada, pois o que a motivou foi o acúmulo de tensões causadas por atritos que vinham ocorrendo muito tempo antes dela ter estourado.

As principais causas de seu início foram:

- i. Ao nível do sistema, o crescimento do poder alemão e uma estrutura bipolar de alianças entre as potências que geraram perda de moderação no processo do sistema interestatal, conduzindo a uma perigosa escalada de crises que levaram à guerra em 1914;
- ii. Ao nível da estrutura interna das sociedades nacionais, elementos como o nacionalismo crescente, o colapso dos impérios, o aumento das pressões populares sobre os governos autocráticos, conflitos de classes em países em industrialização acelerada e aventuras externas para diluir problemas internos;
- iii. Personalidades de líderes autocráticos e militaristas desejosos de arriscar a sobrevivência de seus povos para aumentar seu poder. (MAIA, 2011, p. 20)

No cerne de toda esta agitação que varreu a Europa no início do século passado, estava a Alemanha. Este país teve um grande crescimento populacional e uma mudança de sua estrutura econômica que passou de base fundamentalmente agrícola para industrial, dependente de fatores tanto internos quanto externos.

Após a guerra franco-prussiana, Guilherme I conseguiu completar a unificação da Alemanha em 1871 e foi coroado Kaiser e líder máximo do segundo Reich alemão. Seguiu-se, então, um conjunto de modificações que pretendiam elevar a posição da Alemanha no cenário internacional, bem como tornar o país uma potência tanto econômica quanto militar. A industrialização, portanto, foi a ferramenta utilizada por um governo aristocrático e autoritário para este fim, além de ser necessária à manutenção da hierarquia social na qual se baseava.

O processo de industrialização da Alemanha foi bastante singular na Europa do século XIX. O governo alemão conseguiu unificar os setores tradicional, de cunho agrário, aristocrático e conservador, e moderno, que era industrial, urbano e liberal, além de promover

uma parceria do Estado com a iniciativa privada. A estrutura concorrencial alemã favoreceu o desenvolvimento de cartéis¹ no interesse da eficiência industrial, com o objetivo de criar preços monopolistas que fossem favoráveis aos integrantes.

Investimentos também foram realizados para promover a integração e o desenvolvimento industrial do país como a construção de ferrovias, cuja função era a de interligar as regiões industriais da Alemanha e o estabelecimento de uma união aduaneira já em 1834 (antecedendo a unificação em 1871) que tinha como função eliminar as tarifas entre os estados e com isto melhorar o desempenho do mercado interno.

Outra medida tomada pelo governo alemão para promover o desenvolvimento econômico foi a melhoria na educação, que passou a se preocupar não somente com a formação técnica, mas principalmente com a formação de mão-de-obra qualificada capaz de atender às demandas do progresso industrial. Além disso, o Estado se preocupava com a formação de cidadãos ligados à moral e à ética (base da cidadania), cuja educação recebida nas escolas públicas estava voltada para:

(...) a criação da capacidade de discernimento, nos indivíduos, entre o “bom caminho” do modelo prussiano de Estado e sociedade, que foi implantado com a unificação, e os “desvios” pregados pelas doutrinas da socialdemocracia, que começavam a se expandir na mesma época nas escolas públicas. (CURY, 2006, p. 41).

Este bom caminho seria o de aceitar o modelo criado pelo governo alemão, onde a primazia seria a modernização do Estado.

O sucesso alemão nas áreas de química e eletricidade fez com que o sistema educacional recebesse ainda mais apoio do governo, que promoveu a criação de um sistema educacional cada vez mais voltado às necessidades do país e aumentou a criação de universidades que se tornaram cada vez mais importantes devido à procura por profissionais com formação acadêmica nas áreas das ciências exatas, em relação às ciências humanas. A tabela abaixo mostra o aumento no número de universidades ao longo de 40 anos (1841 a 1881) na Alemanha além da inversão no crescimento entre os cursos de ciências exatas e humanas:

¹ O cartel é formado por um grupo de empresas independentes, que através do estabelecimento de um acordo, atuam de forma coordenada, com vistas a interesses comuns. As empresas mantêm sua independência e individualidade, mas devem respeitar as regras aceitas pelo grupo, como por exemplo, a manutenção de preços combinados.

Tabela 1 – Distribuição dos cursos nas universidades alemãs, segundo as décadas (1841-1881)

Anos	Número de Universidades	Números de Linguística e História (%)	Números de Ciências e Matemática (%)
1841	13	86,4	13,6
1851	12	80,1	19,9
1861	15	82,1	17,9
1871	19	76,8	23,2
1881	20	62,9	37,1

Fonte: CURY, 2006.

No final do século XIX, a Alemanha já havia alcançado a posição de primeira nação no mundo no setor químico. No entanto, é na indústria pesada (produção de carvão, aço e ferro) que a Alemanha encontrou os meios para promover seu crescimento industrial. Quando se compara o desempenho da indústria alemã com a inglesa, verifica-se que houve uma modificação nas quantidades produzidas de carvão e minério no período de 30 anos:

Tabela 2 – Comparação entre o consumo interno de carvão na Grã-Bretanha e na Alemanha

Grã-Bretanha (1880)	Alemanha (1909)
Consumo de carvão maior do que o alemão em 72 milhões de toneladas	Consumo de carvão maior do que o britânico em 8 milhões de toneladas
Consumo de ferro maior do que o alemão em 3.500 mil toneladas	Consumo de ferro maior do que o britânico em 3.800 mil toneladas

Fonte: CURY, 2006.

O carvão era bastante consumido na Inglaterra para uso doméstico, ao passo que na Alemanha era mais amplamente utilizado na indústria, o que indica que o país passava por um período de intenso crescimento industrial. Outro dado que representa bem as transformações por que passou o país nesta época diz respeito à intensificação da urbanização. “Na Alemanha, a parcela das pessoas que trabalham na indústria passa de 41% em 1895 para 43% em 1907; o número de operários passa de 5,9 para 8,6 milhões, ao qual se devem acrescentar, nessas duas datas, 300 mil trabalhadores a domicílio” (BEAUD, 2004, pag. 209). Este crescimento da mão-de-obra na indústria ocorreu principalmente pela transferência da força de trabalho das áreas agrícolas para os centros industriais em crescimento. “Muitos autores, de fato, tendem a considerar esse movimento de passagem dos recursos materiais e humanos, da agricultura para a indústria, como a característica mais decisiva de um processo de industrialização” (CURY, 2006, p. 80).

Mas o vínculo que havia entre o político e o econômico na sociedade alemã acabou levando o país à guerra, pois eram grandes suas ambições militares e territoriais. Das alianças

geradas, Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Império Otomano) e a Tríplice Entente (Grã-Bretanha, França e Rússia) acabaram surgindo os motivos que proporcionaram o início da primeira guerra que teve como estopim o assassinato do arquiduque Francisco Fernando de Habsburgo, herdeiro do trono austro-húngaro em 28 de junho de 1914, em Sarajevo.

Após quatro anos de conflitos e inumeráveis perdas para ambos os lados, a Europa saiu com um saldo desastroso tanto do ponto de visto social quanto econômico:

(...) as estimativas de mortos em combate em torno de 8,5 milhões de militares e 21 milhões de feridos, inválidos e desaparecidos, sem contar os 10 milhões de civis vitimados pelos bombardeios, ataques de artilharia, afundamento de navios e a proliferação da violência, desnutrição e doenças causadas pela guerra (...) e as estimativas dos custos diretos do conflito (com a mobilização de tropas, armamentos, equipamentos e operações militares) oscilam de US\$ 180 bilhões a 230 bilhões (a preços de 1914, ou de US\$2,962 trilhões a US\$ 3,785 trilhões a preços de 2008) (MAIA, 2011, p. 4).

Do ponto de vista político, este conflito serviu para firmar os Estados Unidos como maior potência mundial. “Em 1914, já eram a maior economia industrial, mas ainda não dominante. As guerras, que os fortaleceram enquanto enfraqueciam, relativamente ou absolutamente, suas concorrentes, transformaram sua situação” (HOBSBAWN, 2012, p. 55). Muitos países que estavam no conflito sofreram uma onda de inquietações sociais que acabaram modificando as formas de governo, como foi o caso da Revolução bolchevique que pôs fim ao czarismo na Rússia. Na Alemanha derrotada, o Kaiser Guilherme II abdica ao trono em 9 de novembro de 1918 e no ano seguinte Friedrich Ebert toma posse como presidente na frágil República de Weimar instituída na Alemanha após o fim da guerra.

Com o fim da Grande Guerra as nações aliadas se uniram para determinar o que seria feito e deu-se início à Conferência de Paz em 1919 na cidade de Paris. O mundo voltou sua atenção aos quatro indivíduos que determinariam seu futuro e o da Alemanha: o presidente americano Woodrow Wilson, o primeiro-ministro britânico David Lloyd George, o primeiro ministro francês Georges Clemenceau e Vittorio Emanuele Orlando, o primeiro ministro da Itália.

O presidente americano chegou à Europa como um líder e gozando da confiança tanto dos aliados quanto dos inimigos de que seria capaz de estabelecer um acordo de paz entre eles. Afinal, os Estados Unidos saíram da guerra como potência econômica e militar e a Europa era dependente tanto do seu dinheiro quanto dos alimentos que eles forneciam. Em um dos seus discursos feito ao Congresso Americano em 8 de janeiro de 1918, Woodrow Wilson

lançou quatorze proposições com vistas à reconstrução da Europa após a Primeira Guerra Mundial. Os Quatorze pontos de Wilson, como ficaram conhecidos, eram:

1. Exigência da eliminação da diplomacia secreta em favor de acordos públicos de Paz;
2. Liberdade nos mares tanto na Paz quanto na Guerra;
3. Abolição das barreiras econômicas entre os países;
4. Redução dos armamentos nacionais ao mínimo necessário à manutenção da segurança nacional;
5. Redefinição da política colonialista, levando em consideração o interesse dos povos colonizados;
6. Retirada dos exércitos de ocupação da Rússia e solução de todos os assuntos referentes a ela, com o propósito de assegurar uma melhor relação com outras nações;
7. Restauração da independência da Bélgica;
8. Restituição da Alsácia e Lorena à França;
9. Reformulação das fronteiras italianas;
10. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo dos povos da Áustria-Hungria;
11. Restauração da Romênia, da Sérvia e de Montenegro e direito de acesso ao mar para a Sérvia;
12. Reconhecimento do direito ao desenvolvimento autônomo do povo da Turquia e abertura permanente dos estreitos que ligam o Mar Negro ao Mediterrâneo;
13. Independência da Polônia;
14. Criação da Liga das Nações.

No entanto, o presidente norte-americano não conseguiu levar a cabo suas intenções, por dois motivos: faltava-lhe aptidão para enfrentar as discussões e o jogo de interesses que permeavam um Conselho que literalmente não se entendia². Ao seu lado, mas contra suas ideias estavam o primeiro ministro britânico David Lloyd George, que nas eleições de 1918 havia prometido “enforcar o Kaiser e espremer os alemães até os caroços gemerem” (MENESES, 2008) e o primeiro ministro francês Georges Clemenceau cuja política “tinha por base a crença de que essencialmente a antiga ordem não mudava, pois decorria da natureza humana, que é sempre a mesma, e o consequente ceticismo com respeito às ideias como a da Liga das Nações” (KEYNES, 2002, p. 22). Para ele, caso a Paz generosa baseada nos Quatorze pontos fosse concedida à Alemanha, seria apenas uma questão de tempo até que ela

²No Conselho dos Quatro apenas Clemenceau falava e entendia as duas línguas. Orlando só sabia francês, e o Primeiro Ministro britânico e o Presidente Wilson apenas inglês.

conseguisse se reerguer e atacar a França novamente. Coube, então, aos franceses, “tomar a iniciativa de fazer as propostas mais definidas e as mais extremas” (KEYNES, 2002, p. 17).

O segundo motivo era a falta de embasamento das suas propostas que eram carentes de detalhes e sua latente falta de conhecimento sobre as condições da Europa. Segundo Keynes (2002, p. 22), “levadas à prática suas ideias eram nebulosas e incompletas. Ele não tinha um plano, um esquema, quaisquer ideias construtivas para revestir com a carne da vida os mandamentos que trovejara da Casa Branca”.

Woodrow Wilson acabou se retirando da Conferência que endossou um Tratado que impôs à Alemanha uma paz cartaginesa³, ao contrário do que esperava este país quando concordou com o armistício baseado em garantias que não foram postas em prática, uma vez que acreditava que os termos seriam discutidos a partir dos quatorze pontos de Wilson. E assim os franceses conseguiram fazer com que os alemães não fossem ouvidos. Para Woodrow Wilson, o tom consciencioso que assumiu foi o preço a pagar para que a Liga das Nações se tornasse real:

“O tempo modificaria e abrandaria o Tratado. Muito nele que hoje parecia tão vital se tornaria banal, e muito que era impraticável por essa mesma razão nunca seria levado à prática. Mas a Liga, ainda que com uma forma imperfeita, era permanente: seria o começo de um novo princípio para o governo do mundo” (KEYNES, 2002, p. 31).

Ele ainda se deixou convencer que todas as despesas dos países aliados com a reconstrução e pensões deveriam ser custeadas pela Alemanha, pois era justo lhe cobrar todo o "dano causado à população civil das Potências Aliadas e Associadas pela agressão alemã por terra, mar e pelo ar". Finalmente, após seis meses de negociações, no dia 28 de junho de 1919 é, então, assinado o Tratado de Versalhes.

³Paz obtida mediante a completa aniquilação do inimigo. Termo referente às Guerras Púnicas que foram três guerras travadas entre Roma e Cartago pela hegemonia do comércio no Mediterrâneo, conflito que se estende por mais de cem anos, de 264 a.C. a 146 a.C. O termo púnico, do latim punicus, vem da palavra poeni, nome que os romanos davam aos cartagineses, os descendentes dos fenícios (em latim, phoenician). As guerras terminam com a destruição da cidade fenícia de Cartago e a venda dos sobreviventes como escravos.

O Tratado de Versalhes

"Como, estás louco? Mesmo sem olhos um homem pode ver como anda o mundo. Olha com as orelhas. Vê como aquele juiz ofende aquele humilde ladrão. Escuta com o ouvido, troca os dois de lugar, como pedras nas mãos; qual o juiz, qual o ladrão?"

Rei Lear, William Shakespeare.

A Primeira Guerra entrou para a história como o conflito que mais causou sofrimento humano na história da humanidade, atingindo todos os continentes, mas principalmente os países da Europa. O avanço de novas tecnologias para a morte foi intenso nesta época. Em 1915 os alemães foram os primeiros a utilizarem gases que além de provocarem baixas em ambos os lados, também provocavam um efeito psicológico uma vez que os soldados que estavam nas trincheiras tinham medo de morrerem envenenados por eles. O mais letal dos gases ficou conhecido como gás mostarda que “diferentemente dos outros gases, que atacavam apenas o sistema respiratório, este queimava qualquer parte exposta do corpo humano, incluindo os olhos” (REIS FILHO, 2006, p. 244). No ano seguinte os britânicos passaram a empregar os tanques⁴. Porém, ambos, tanques e gases, apenas se tornaram eficazes no período da Segunda Guerra Mundial.

Fotografia 1 – Soldados no front com máscaras contra gás



Fonte: História online

⁴ O tanque era uma arma que estava sendo desenvolvida em segredo, e, por conta disso, a origem do termo *tank* nada mais era do que uma alusão de que seria apenas um tanque de armazenar água. Na verdade, eram veículos blindados que tinham como objetivo vencer as trincheiras do inimigo. (REIS FILHO, 2006, p. 244).

No que se refere ao uso de aeronaves, o avião foi utilizado apenas para reconhecimento e coube aos zepelins⁵ (também chamados de dirigíveis) o papel de destaque. Estas aeronaves eram utilizadas no transporte comercial, mas foram capazes de impressionar os militares alemães que acreditavam que podiam utilizá-los como armas de guerra. Apenas no mar as máquinas de guerra tiveram o efeito esperado, que era o de acabar com o conflito. Ambos os lados lançaram novos modelos de navios: do lado alemão, cruzadores e submarino e do lado inglês, encouraçados e também submarinos que tinham o intuito de destruir os navios que transportavam suprimentos para o lado inimigo e com isto matar os civis de fome.

Segundo Hening,

“Populações inteiras haviam sido arregimentadas para servir aos esforços de guerra de seus respectivos países. Mais de 10 milhões de pessoas perderam a vida, e muitos milhões mais sofreram mutilações, envenenamento por gases tóxicos, desnutrição, empobrecimento e degredo” (HENING, 1991, p. 8).

Quando os representantes dos aliados se reuniam na Conferência de Paz, a opinião pública de seus países exigia que a Alemanha fosse declarada culpada pela guerra e clamavam até mesmo pelo enforcamento do Kaiser. Mas os aliados desejavam garantir que não fosse necessário às nações passarem por outra guerra moderna e principalmente, encontrar uma maneira de pagar os custos provenientes de sua participação no conflito, pois se estima que terá custado por volta de 45 bilhões de libras. Era preciso fazer com que as economias europeias voltassem ao ritmo de crescimento o mais rápido possível, pois a guerra para eles também significou endividamento, já que a forma pela qual conseguiram atender às necessidades militares se deu através de empréstimos feitos pela população, bancos e principalmente os Estados Unidos. “Com o passar dos dias, a Conferência foi se revelando apenas uma reunião para estipular quanto a Alemanha deveria pagar pelas perdas decorrentes da Grande Guerra, relegando a um plano secundário a garantia da paz” (COUTO e HACKL, 2007, p. 314).

O Tratado de Versalhes era composto por quatrocentos e quarenta artigos dispostos em quinze partes e que além de tratar dos acordos necessários à paz, também abordava a criação da Liga das Nações e, para indignação dos alemães, culpava a Alemanha pelo início da Guerra e a obrigava a uma série de obrigações para com os aliados. Isto ficou claro no artigo 231 do Tratado, que ficou conhecido como a “cláusula da culpa” o qual provocou uma profunda e duradoura mágoa no povo alemão:

⁵ Aeronaves alongadas em forma de charuto, e cheias de gás hélio, cujo primeiro modelo a motor foi construído pelo alemão Paul Haenlein em 1865 e aperfeiçoadas por outro alemão, conde Zepelin de onde deriva o nome da aeronave.

“Os Governos Aliados e Associados afirmam, e a Alemanha aceita, a responsabilidade da Alemanha e seus Aliados por causar toda a perda e dano aos quais os Aliados e Governos Associados e suas populações nacionais foram submetidos como consequência da guerra imposta sobre eles pela agressão da Alemanha e seus Aliados”.

Uma comissão foi criada para determinar o montante preciso das reparações que apenas em 1921 foi fixado oficialmente em 33 bilhões de dólares. Mas este valor só foi estipulado após muitas deliberações por parte dos aliados que não conseguiam chegar a um consenso sobre o valor total. “Os alemães queixaram-se amargamente de que lhes pediam que assinassem um cheque em branco” (HENING, 1991, p. 36).

Buscando formas de auferir vantagens financeiras, os países aliados impuseram à Alemanha, através do Tratado, várias cláusulas que tinham como objetivo expropriar o máximo possível de bens, propriedades, insumos e territórios.

O sistema econômico alemão existente antes da guerra dependia de três fatores principais: 1) o comércio ultramarino representado pela sua marinha mercante, suas colônias, seus investimentos estrangeiros, suas exportações, e as ligações dos seus comerciantes com o exterior; 2) a exploração do seu ferro e carvão, e as indústrias baseadas nesses produtos; 3) seu sistema de transporte e suas tarifas. Deles, o primeiro era certamente o mais vulnerável, embora não o menos importante. Ora, o Tratado busca a destruição sistemática de todos os três, mas principalmente dos dois primeiros. (KEYNES, 2002, p. 43)

O Tratado também diminuiu o exército e a marinha mercante alemã e exigia a produção anual de navios por eles especificados durante cinco anos, e o valor desta produção seria abatido do total a ser pago nas reparações. Seriam concedidas também as possessões alemãs em ultramar. As ferrovias seriam cedidas sem ressarcimento, mas as obrigações com pagamentos e manutenção permaneceriam com o governo alemão. As propriedades privadas passariam às mãos dos aliados que teriam o direito irrestrito sobre elas para fazer o que lhes bem aprouvesse sem necessidade de compensar os indivíduos expropriados. “Em suma, não só a soberania e a influência da Alemanha são extirpadas de todas as suas antigas possessões de ultramar como os seus cidadãos nelas residentes, assim como a sua propriedade, perdem *status* e segurança legal.” (KEYNES, 2002, p. 46). As expropriações também se estenderam aos empreendimentos alemães dentro de suas possessões, colônias e países vizinhos ou antigos aliados. “Adicionalmente, deveria ser pago, anualmente, por quarenta anos, o montante equivalente a 26% do produto das exportações alemãs” (STOLPER, 1942 apud NOGUEIRA, 2010, p. 4).

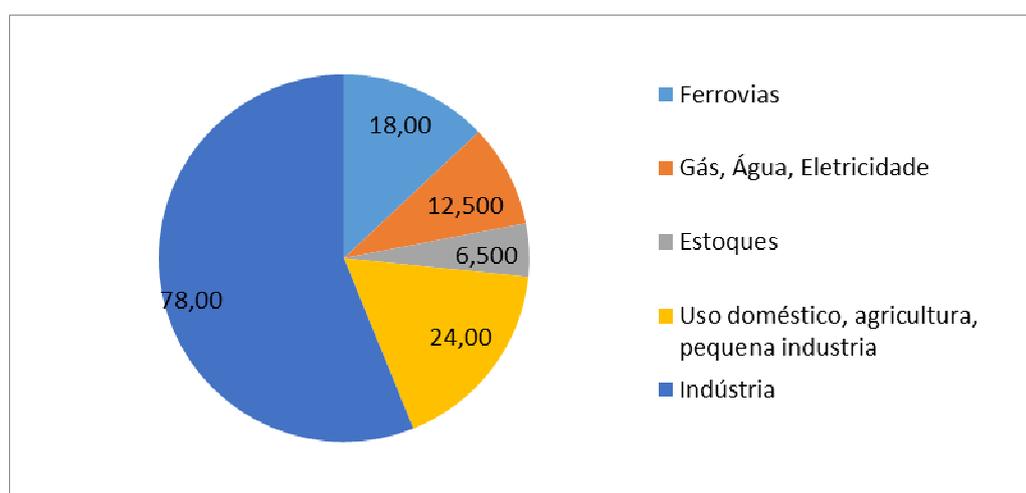
Além disso, a Alemanha deveria pagar, num prazo de trinta anos cerca de 132 milhões de marcos ouro, ou seja, “33 bilhões de dólares na época, o que todo mundo sabia ser uma

fantasia” (HOBSBAWM, 2010, p. 102). Estes pagamentos deveriam ser feitos da seguinte forma: “2.000 milhões de marcos ouro anuais durante os primeiros dois anos, 3.000 milhões anuais nos três anos seguintes, 5.000 milhões anuais nos outros três e, desse ponto em diante, 6.000 milhões anuais por trinta e um anos” (NOGUEIRA, 2010, p. 4).

As considerações mais importantes no Tratado, porém, são aquelas que se referem ao carvão e ao ferro. “Com efeito, o Império Alemão foi construído mais sobre o carvão e o ferro do que sobre o sangue e o ferro” (KEYNES, 2002, p. 54). Através da exploração das minas de carvão nas regiões do Ruhr, Alta Silésia (que produzia cerca de 23% do carvão alemão) e Sarre, os alemães conseguiram promover o desenvolvimento das indústrias siderúrgica, química e elétrica. A perda destas jazidas diminuiu em quase um terço seu suprimento de carvão.

A Alemanha deveria fornecer um total médio anual de aproximadamente 25 milhões de toneladas para a França (7 milhões anuais), Bélgica (8 milhões anuais) e Itália (4,5 milhões nos dois primeiros anos e 8,5 anuais por seis anos). O país atingiu uma produção máxima de 191,5 milhões de toneladas em 1913, onde 19 milhões foram consumidos nas minas, 35 milhões foram exportados e o saldo restante, de 139 milhões, foi consumido internamente. Este consumo era distribuído da seguinte forma (em milhões de toneladas):

Gráfico 1 – Consumo de carvão na Alemanha em 1913



Elaborado a partir de Keynes, 2002.

Quanto ao minério de ferro, 75% da sua produção estavam concentradas na região da Alsácia-Lorena no ano de 1913. A Liga das Nações, através de uma comissão especial, dividiu esta região entre a Alemanha e a Polônia. Enquanto esta ficou com a parte oriental, menor, mais muito rica, aquela ficou com a parte ocidental, predominantemente agrícola. Além deste território, a Polônia anexou as regiões germânicas da Pomerânia e Prússia. A

Alemanha ainda perdeu colônias como o Togo (para a Grã-Bretanha e a França), de Camarões (para a França), da Tanzânia e Namíbia (para a Grã-Bretanha), de Ruanda-Burundi (para a Bélgica), das Ilhas Marianas e Ilhas Carolinas (para o Japão), do Arquipélago de Bismarck (para a Austrália). O mapa da Alemanha após o Tratado fica, então, da seguinte forma:

Mapa 1 – A Alemanha entre Guerras



Fonte: Minerbi, 2009.

A perda das colônias e de algumas regiões europeias reduziu o território do império alemão de 2.915.069 km² para apenas 540.000 km² (REIS, 2001 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 315).

Outras medidas impostas pelo Tratado se referiam ao sistema aduaneiro, através das quais haveria tarifas de importação que iriam variar segundo o país (tempo e forma de cobrança, sendo o primeiro para mais e o segundo para menos) e obrigações de importação pela Alemanha de artigos de luxo como champanha e seda.

As principais críticas ao Tratado vinham dos próprios alemães que tiveram que abrir mão de “cerca de 13,5% de seu território (aí incluída a Alsácia-Lorena), 13% de sua produtividade econômica e de cerca de 7 milhões de seus habitantes, bem como de suas colônias e de seus grandes navios mercantes” (HENING, 1991, p. 47). O Tratado de Versalhes representa para muitos a principal causa do fim da República de Weimar, bem como o meio pelo qual Adolf Hitler, manipulando o “orgulho alemão”, conseguiu ascender

politicamente, o que inevitavelmente levou o mundo à Segunda Guerra Mundial apenas 20 anos depois da assinatura do Tratado de Versalhes. “(...) pouco se esqueceu que pudesse empobrecer a Alemanha no presente ou obstruir o seu futuro desenvolvimento.” (KEYNES, 2002, p. 75).

A República de Weimar

*“Agora vamos começar a bagunça geral”
Onde vivem os monstros, Maurice Sendak*

A Primeira Guerra Mundial causou impactos bastante significativos na Alemanha. O país não apenas saiu derrotado, como também foi humilhado pelo Tratado de Versalhes através do qual se tornou a única responsável pelo conflito, tendo que arcar com indenizações que somavam o total de R\$33 milhões de dólares à época, obrigada a se desfazer da maior parte do contingente de suas forças armadas e das regiões mais ricas de seu território (Ruhr e Alsácia-Lorena). Além disso, o país ainda enfrentava o surgimento da ameaça bolchevique encabeçada pelos espartaquistas, que promoveram em outubro de 1918 a revolta dos trabalhadores em um país cujo governo havia deixado de ser monárquico. Foi neste contexto de total desestruturação econômica, social e política que a Alemanha instaurou a República de Weimar. “Das cinzas da guerra e do império, surgiu uma república fragilizada, numa era de grandes dificuldades econômicas” (...) (MARTINS, 2010, p. 5).

Durante a monarquia, ficaram proibidas as atuações de partidos políticos, pois o chanceler Otto von Bismarck temia que interferissem no governo. Somente depois que ele deixou o poder, em 1890, o Partido Social Democrata foi legalizado, mas o processo de industrialização trouxe muitas mudanças à sociedade alemã e, então, “as contradições do capitalismo vêm à tona no cotidiano de uma sociedade em profunda transformação” (MELLO, 1996, p. 103) que assim como o restante da Europa, estava atenta às ideias socialistas cada vez mais pregadas entre o proletário.

Estas transformações reverberaram inclusive no Partido Social Democrata que passa a ter novas tendências ideológicas:

- **USPD:** Partido Social Democrata Independente que fazias suas reivindicações através de uma oposição passiva (que com o tempo, se reaproximaram dos socialdemocratas);
- **Obleute:** Formado por sindicatos que não acreditavam que um governo social democrata fosse capaz de atender às necessidades dos trabalhadores e,

portanto, pretendiam proclamar uma República Socialista, conclamando os trabalhadores à ocupação de prédios do governo e realização de uma greve geral;

- **Espartaquistas:** liderados por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, pretendiam promover uma revolução aos moldes soviéticos.

Dentre estas tendências, os espartaquistas foram aqueles que deixaram a maior contribuição: a idealização dos Conselhos de Operários e Soldados (COS), que não se limitavam a serem cópias dos soviets⁶ russos, mas, sobretudo a formação de grupos alemães conscientes da importância de sua luta e que não esperavam dos líderes do partido o seu direcionamento. A maior diferença entre eles e os soviets era o fato de que nestes últimos as massas estavam ausentes das decisões do partido que acabou, através da burocratização, transformando os soviets em órgãos do partido bolchevique. Mas a Guerra acabou atrapalhando os planos dos espartaquistas e Rosa, que sempre se opôs ao conflito, ficou presa até seu término e constatou que o governo alemão se distanciou dos princípios marxistas de lutas de classes, o que tornaria difícil a conscientização do proletariado alemão.

Segundo Rosa Luxemburgo:

Uma coisa é certa, a guerra mundial representa uma viragem para o mundo. É loucura insensata imaginar que nada mais temos a fazer do que deixar passar a guerra, tal como a lebre espera o fim da tempestade sob um silvado, para, em seguida, retomar alegremente o seu passo normal. A guerra mundial modificou as condições da nossa luta e transformou-nos a nós próprios radicalmente. Não que as leis fundamentais da evolução capitalista, o combate entre o capital e o trabalho, devam conhecer um desvio ou uma moderação. Já agora, em plena guerra, caem as máscaras e as antigas feições, que conhecemos tão bem, olham-nos com escárnio. Mas, depois da erupção do vulcão imperialista, o ritmo da evolução recebeu tão violento impulso, que comparado aos conflitos que surgirão no meio da sociedade e à imensidade de tarefas que esperam o proletariado socialista num futuro imediato, toda a história do movimento operário parece não ter sido até agora mais do que um período paradisíaco. (LOUREIRO, 1995 apud COSTA, 2005, p. 7).

Os espartaquistas promoveram em 9 de novembro de 1918 uma greve geral com vistas à instauração de uma república socialista, mas não obtiveram sucesso, pois os socialdemocratas conseguiram proclamar uma República Alemã Socializante. Os espartaquistas foram duramente reprimidos pelo governo, sendo brutalmente esmagados pelo

⁶ Literalmente, “conselho”. Organização política dos operários russos surgida durante as ondas revolucionárias de 1905, quando trabalhadores foram eleitos para um comitê central dirigente da greve geral da cidade de Petrogrado, o qual passou a chamar-se Conselho dos Deputados Operários. A partir do malogro da revolução de 1905, a ação dos soviets retrocedeu e eles só voltaram a surgir efetivamente em 1917, com a derrubada do czarismo. Reaparecem então como organismos de luta dos operários e soldados, ganhando a dimensão de poder paralelo e, finalmente, assumindo o poder político. (...) Contudo, durante a época stalinista, os soviets pouco a pouco foram sendo marginalizados como fonte de poder (SANDRONI, 1999, p. 574).

exército. Seus líderes, Rosa e Karl, foram assassinados em 15 de janeiro de 1919. Este cenário de instabilidade política propiciou ainda a criação de outros partidos, dentre eles, o Partido Alemão dos Trabalhadores Alemães, que deu origem ao partido Nazista.

Dias antes de ser morta, Rosa Luxemburgo fez uma avaliação sobre a revolução espartaquista:

O 9 de novembro foi uma revolução cheia de insuficiência e fraquezas. Isso não é surpreendente. Era a revolução sobrevinda após quatro anos de guerra, após quatro anos, durante os quais o proletariado alemão, graças à educação a que a socialdemocracia e os sindicatos o submeteram, testemunhou tal miséria e tal renegação de suas tarefas socialistas que não encontramos equivalente em nenhum outro país. (...) Chegara simplesmente o momento em que o imperialismo, como um colosso de pés de barro, podre por dentro, teria que desabar; pouco consciente, no qual o princípio de unidade, o princípio constante e salvador resumir-se-ia na palavra de ordem: criação de conselhos de operários e de soldados. Essa é a palavra de convocação dessa revolução que lhe deu de imediato o ar de uma revolução socialista proletária – apesar de todas as insuficiências e fraquezas do primeiro momento. (GUERIN, 1982 apud COSTA, 2005, p. 3).

No dia 11 de fevereiro de 1919, Friedrich Ebert, socialdemocrata, tomou posse como presidente na recém-criada república com a missão de garantir a transição ordenada do país para a nova forma de governo que ainda contava com um novo parlamento composto por 163 delegados socialdemocratas; 125 representantes de diversos partidos e 44 deputados do Partido Popular Nacional Alemão. O Partido Comunista ficou fora destas eleições.

CAPÍTULO 2 – DA HIPERINFLAÇÃO ALEMÃ AO CRASH DE 1929

“Então veio a recessão e não houve mais alarmes de incêndio. Nenhuma viagem rápida a Palatine, nada de noites de trabalho até uma hora da manhã. Nenhum amor por nosso irmão nos inundava mais.”

E nós chegamos ao fim, Joshua Ferris.

Um mês após a entrada em vigor do Tratado de Versalhes (julho de 1919), a Alemanha mergulhou num processo inflacionário, e precisou conviver com esta situação até o ano de 1924, quando ficou sob controle. Até o mês de junho de 1919 a inflação existente foi causada pela desvalorização do marco alemão em relação ao dólar, promovido pelo aumento dos preços dos produtos importados⁷.

Tabela 3 - Taxa mensal de inflação na Alemanha (1919-1924)

Mês	1919	1920	1921	1922	1923	1924
Janeiro	6,94	56,41	-0,07	5,1	88,68	-7,01
Fevereiro	3,05	34,16	-4,38	11,95	100,68	-0,98
Março	1,48	1,43	-2,76	32,42	-12,48	3,87
Abril	4,38	-8,31	0,9	16,97	6,63	2,8
Mai	3,85	-3,77	-1,36	1,62	56,73	-1,28
Junho	3,7	-8,36	4,43	8,86	137,27	-5,36
Julho	10,06	-1,09	4,54	43,09	285,8	-0,78
Agosto	24,49	60,7	34,24	90,87	1162,31	4,35
Setembro	16,82	3,31	7,82	49,48	2431,67	-5,83
Outubro	14	-2,14	19,01	97,21	29607,11	3,14
Novembro	0,64	2,93	38,86	103,89	10121,13	-1,53
Dezembro	18,44	-4,57	2,08	27,82	73,85	1,55

Elaborado a partir de Couto e Hackl, 2007.

Durante dois anos (julho de 1919 a julho de 1921), a Alemanha viveu um período de estabilidade, com o aumento da taxa de inflação observado durante este tempo causado pelas obrigações determinadas pelo Tratado de Versalhes que valorizaram o dólar. Mas a inflação voltou a ocorrer entre agosto de 1921 e todo o ano de 1922 por dois motivos: o Ultimato de Londres em maio de 1921, que exigia para aquele ano que a Alemanha adiantasse o pagamento de 1 bilhão de marcos-ouro em indenização em agosto, e uma segunda parcela no valor de 500 milhões de marcos-ouro em 15 de novembro; e a transferência da parte da Alta

⁷ As necessidades de reequipamento industrial e importação de alimentos, já que parte do território agrícola fora cedido à Polônia, causaram déficits seguidos na balança comercial (ZINI JÚNIOR, 1997, p. 366).

Silésia, que continha a maioria dos recursos minerais da região e grande parte da sua indústria, para a Polônia em outubro, o que gerou pânico na população e corrida ao dólar e conseqüentemente a desvalorização do marco.

Os preços acabaram se adaptando à taxa do dólar, mas isto fez com que a moeda alemã acabasse perdendo as propriedades de unidade de conta e reserva de valor, passando a ter apenas a função de meio de pagamento⁸. Apesar do processo inflacionário, a Alemanha acabou vivenciando um período de crescimento: as empresas investiam seus lucros aumentando a produção e conseqüentemente aumentando a mão-de-obra. Além disso, as indústrias passaram a emitir suas próprias moedas. A população por sua vez gastava sua renda assim que a recebiam, já que além do processo inflacionário, não havia indexação⁹. O consumo e o investimento elevados contribuíram para que em meados de 1922 o desemprego acabasse na Alemanha. Mas toda esta situação também foi vista com receio por aqueles que acreditavam que era necessário que o governo alemão trabalhasse em prol da estabilização da moeda:

Como em todas as questões econômicas, especialmente em questão de dinheiro, as pessoas instruídas entendem o processo de desvalorização mais rapidamente do que a grande massa inexperiente. Quem percebeu a inflação a tempo pôde proteger-se contra as perdas do papel-moeda, comprando o mais rapidamente possível bens quaisquer, que, ao contrário do papel-moeda em desvalorização, mantivessem seu valor como casas, terras, produtos, matérias-primas e outras mercadorias. A fuga para os bens possibilitou não apenas às pessoas abastadas, mas em particular também àqueles negociantes inescrupulosos, salvarem suas fortunas e possivelmente aumentá-las. A conseqüência dessa luta para enriquecer e manter a fortuna, explorando a ignorância da grande massa, foi o envenenamento moral de todos os negócios. A poupança em dinheiro deixou de existir (...) Inquietação imensa e amargura crescente tomavam conta dos operários, dos funcionários e aposentados, que não podiam mais pagar o sustento diário (...) Diversos empresários passaram a pagar seus trabalhadores com mantimentos (SCHACHT, 1999 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 318).

Quando a Alemanha decidiu suspender o pagamento das reparações de guerra em agosto de 1922, como meio de forçar uma revisão no valor das reparações, isto fez com que o país mergulhasse num processo de hiperinflação.

No dia 11 de janeiro de 1923 as tropas francesas e belgas ocuparam a região do vale do Ruhr, centro industrial alemão de aço e carvão, com a justificativa de que a Alemanha

⁸ A moeda oficial de uma economia deve possuir três funções. A função meio de troca é decorrente da acentuada divisão do trabalho que é uma das mais importantes características das economias capitalistas modernas. O sistema de contratos é necessário para coordenar a produção realizada sob tais condições. A função unidade de conta é necessária para que contratos sejam firmados entre as partes. A função reserva de valor concede ao agente detentor de moeda a liberdade para adiar gastos e/ou reiniciá-los. (CARVALHO, et al, 2007, p. 11).

⁹ Sistema de reajuste dos preços (inclusive salários e alugueis) de acordo com índices oficiais de variação de preços. Na ocorrência de inflação, ela permite a correção do valor de todos os preços baseando-se na inflação passada.

havia deixado de pagar as reparações de guerra. Para evitar que os invasores se beneficiassem dos ganhos da produção desta região, o governo alemão passou a pagar as empresas lá estabelecidas para que não produzissem. Este processo ficou conhecido como “resistência passiva” e foi financiado através da emissão de papel-moeda. “Na prática, isso significava o boicote das forças de ocupação pelas autoridades locais e companhias do Ruhr” (SCHWARZ, 2007, p. 39). Foi desta forma que a Alemanha perdeu completamente o controle das finanças públicas, uma vez que estes custos impediram qualquer possibilidade de estabilização dos preços. “Este foi o fator final para deflagrar a hiperinflação aberta em 1923” (ZINI JÚNIOR, 1997, p. 367).

A hiperinflação é o processo no qual os preços sobem descontroladamente e a moeda perde seu valor rapidamente. Segundo Simonsen (2009, p. 597), uma hiperinflação é causada pelo “financiamento, via expansão monetária, de um déficit público superior ao limite de arrecadação do imposto inflacionário¹⁰”.

Conforme verificado na tabela 1, de agosto a novembro de 1923 a Alemanha passou pelo período mais grave da hiperinflação com a taxa chegando a 29607,11% em outubro daquele ano. Os preços eram cotados na maioria das vezes em moeda estrangeira e os agentes investiam o que sobrava também em moeda estrangeira. O dólar e outras moedas estrangeiras se disseminaram na economia. Conforme citado anteriormente, num processo inflacionário a moeda perde as propriedades de unidade de conta e reserva de valor, passando a ter apenas a função de meio de pagamento. No caso de uma hiperinflação esta última função é perdida, uma vez que os agentes econômicos passam a utilizar outra moeda. Foi o que aconteceu na Alemanha.

Logo chegou o dia em que era necessária uma nota de 1 bilhão de marcos para comprar uma passagem de bonde. Inúmeras cidades e firmas passaram a imprimir seu próprio ‘dinheiro de emergência’ e com ele pagar despesas. O Reichsbank não pôde recusar-se a aceitar aquele dinheiro em seus caixas e a tratá-lo como de igual valor que as próprias cédulas. Tornou-se impossível controlar o dinheiro de emergência emitido. Toda a circulação de meios de pagamento se tornou um caos (SCHACHT, 1999 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 319).

O marco alemão entrou em colapso e no início de 1923 a taxa de câmbio era de 21.000 marcos/dólar. No final do ano, quando a inflação chegou ao máximo, a taxa já era de 6.000.000.000.000 marcos/dólar. O Reichsbank, em dezembro desse mesmo ano, havia

¹⁰O imposto inflacionário é aquele decorrente das receitas obtidas pelo governo pela emissão de moeda. Recebe este nome, pois o aumento das emissões, expandindo os meios de pagamento, resulta numa elevação dos preços. Na Alemanha dos anos 20 esta participação alcançou cerca de 10% do PIB e quase a totalidade da arrecadação do governo central.

emitido um montante de 496,5 quintilhões de marcos¹¹, fazendo com que o marco valesse cerca de um trilionésimo do que valia em ouro no ano de 1914. A moeda perdera completamente o seu valor.

Fotografia 2 – Crianças alemãs brincando com dinheiro na rua



Fonte: Schwarz, 2007.

A hiperinflação causou um intenso impacto na sociedade alemã na época, pois desorganizou a vida econômica, uma vez que as vendas e a produção de bens parou, causando o desemprego, além de fazer com que os bens e serviços da economia alemã passassem a valer trilhões de marcos.

Para os trabalhadores, a inflação era uma ameaça à existência. Quando recebiam o pagamento ao final da semana, descobriam que a quantia mal cobria o valor do papel sobre o qual as notas eram impressas. As esposas aguardavam seus maridos nos portões das fábricas para correr ao mercado mais próximo e comprar algo antes que, no dia seguinte, o dinheiro se tornasse inútil. Por exemplo: um ovo custava 300marcos no dia 3 de fevereiro. Em 5 de agosto, custava 12.000 marcos e, três dias depois, 30.000. Mesmo com a adaptação dos salários à inflação, o salário médio calculado em dólares caiu 50% ao longo de 6 meses. Ao mesmo tempo, o número de desempregados crescia—menos de 100.000 no início do ano para 3,5 milhões ao final do ano, com 2,3 milhões de trabalhadores em empregos temporários. Mas os trabalhadores não foram os únicos arruinados pela hiperinflação. Aqueles que viviam em pensões perderam todos os meios de subsistência, e os que haviam

¹¹ Naquele ano, a poucos meses desse colapso, 300 fábricas de papel e 150 gráficas com 2 mil impressoras trabalhavam dia e noite para fazer face à demanda de notas bancárias (FIORI, 1999, p. 205).

economizado um pouco de dinheiro se viram falidos da noite para o dia. Para sobreviver, muitos tinham de vender suas casas, joias e todos os seus bens pessoais, apenas para descobrirem, no dia seguinte, que seu dinheiro já não valia mais nada. (SCHWARZ, 2007, p. 40)

Um dos maiores erros dos responsáveis pela economia alemã naqueles anos foi a desconsideração feita a respeito da atitude das pessoas em relação ao dinheiro, uma vez que é um dos fatores que determinam o valor da moeda. As pessoas podem alterar, a qualquer momento, por qualquer motivo, a quantidade de moeda que desejam reter: quanto mais (menos) moeda, mais o seu valor de troca aumenta (diminui). Sendo assim, as pessoas optarão por um aumento apenas se perceberem que o valor da moeda aumentará e o contrário ocorrerá caso esperem uma diminuição. No caso da hiperinflação alemã, a posse de moeda se reduziu a um mínimo absoluto até que sua posse passou a ser evitada completamente. “É obvio que os preços dos bens irão, então, subir mais rapidamente e que o valor do dinheiro vai se depreciar mais rápido do que sua taxa de criação” (SENHOLLZ, 2008, p. 3). Como a quantidade de moeda retida pelas pessoas caiu mais rápido do que a taxa de moeda impressa pelo Reichsbank, o valor total do estoque de moeda na Alemanha se depreciou mais rápido que esta taxa.

2.1 A proposta keynesiana para estabilização do marco alemão na década de 20

“Saio a pé. Depois de alguns quilômetros de caminhada, chego a uma área residencial. Vejo casas em mau estado, muitas com tábuas no lugar das janelas. Passo por uma longa fila de pessoas maltrapilhas e desanimadas que tem início à porta de uma missão religiosa. Um menino negro se oferece para engraxar meus sapatos. Gostaria de aceitar, mas não tenho um centavo no bolso.”

Água para elefantes – Sara Gruen

Entre os dias 2 e 9 de novembro de 1922, o governo alemão realizou uma conferência em Berlim, como parte de uma tentativa de conseguir apoio internacional para que fosse feita uma revisão do que havia sido estabelecido no Tratado de Versalhes e a proposição de um plano de combate à hiperinflação. Para isto, um grupo formado por sete economista e financistas, entre eles John Maynard Keynes¹², foi convidado à conferência para discutir as possibilidades para estabilização do marco, além do economista sueco Gustav Cassel¹³.

¹² Keynes já estava bastante famoso naquela época por causa das críticas ferrenhas ao Tratado de Versalhes.

¹³ Economista neoclássico sueco. Em sua juventude, sofreu a influência de Alfred Marshall. Em 1904, tornou-se professor de Economia Política da Universidade de Estocolmo. Suas obras GrundrisseinerElementarenPreislehre (Esboço de um Estudo Elementar dos Preços), 1899, e The Natureand Necessity of Interest (Natureza e

A conferência foi iniciada e encerrada pelo primeiro-ministro Joseph Wirth que afirmou haver duas opiniões a respeito da possibilidade de estabilização do marco. Para alguns, a estabilização apenas seria possível caso houvesse equilíbrio do orçamento e equilíbrio da balança de pagamentos. No entanto, na opinião de Wirth, a estabilização era condição *sine qua non* para que isto se materializasse. “Esse círculo vicioso, em que os desequilíbrios das contas públicas e externas produziam inflação e eram, por sua vez, realimentados pela instabilidade monetária (...)” (BATISTA JR, 1992, P. 236). Isto acabava fazendo com que surgissem as condições para o desenvolvimento da segunda opinião que julgava ser necessário agir rapidamente para que o marco fosse estabilizado, mesmo que inicialmente esta condição fosse provisória.

Os convidados se organizaram em dois grupos, sem a presença de economistas e financistas alemães, que acabaram não chegando a um consenso e expedindo dois pareceres diferentes. De um lado, o grupo da maioria, era formado por Brand, Cassel, Jenks e Keynes, enquanto o da minoria era formado por Vissering, Dubois e Kamenka. A principal divergência residia no fato de que a minoria defendia um empréstimo externo como forma de realizar a estabilização.

Contudo, o parecer da maioria é quem realmente ataca o cerne do problema. Segundo ele, era necessário à Alemanha realizar uma estabilização imediata do marco alemão sob o risco da economia entrar em um colapso completo¹⁴ e isto apenas seria possível através de concessões dos credores da Alemanha, bem como de uma postura mais resoluta do governo alemão. A ideia de conseguir apoio na forma de empréstimos seria descabida e ainda afirmava que a estabilização não seria possível naquela conjuntura tanto pela política financeira adotada quanto por razões externas (principalmente as consequências do Tratado de Versalhes). Seria necessário, então, que a Alemanha fosse dispensada do pagamento das reparações por certo tempo, o que tornava a realização de uma moratória da dívida, de no mínimo dois anos, indispensável, o que, sob o ponto de vista dos Aliados (principalmente a França), estava totalmente fora de cogitação.

A Alemanha encontrava-se, portanto:

“(...) às voltas com uma crise hiperinflacionária desencadeada em parte por um impasse financeiro externo, mas forçada a buscar a estabilização sem apoio

Necessidade do Juro), 1903, foram contribuições importantes para a teoria do juro e para a análise do ciclo econômico. Escreveu ainda “Memorando sobre os Problemas Monetários do Mundo” (1920) e “A Crise do Sistema Monetário Mundial” (1932), obra na qual defende o controle permanente do dinheiro em circulação. (SANDRONI, 1999).

¹⁴ Esta situação acabou ocorrendo uma no depois quando a região do Ruhr foi invadida pelos franceses e o governo alemão instituiu a política da resistência passiva.

significativo sob a forma de créditos externos, e confrontada, em consequência, com o drama de reconciliar as exigências da estabilização com substanciais transferências líquidas a credores estrangeiros” (BATISTA JR, 1992, P. 239).

A avaliação da dimensão fiscal do problema, feito pelo parecer, afirmava que seria necessário que ocorresse o equilíbrio do orçamento e a estabilização era a condição necessária para que se alcançasse este equilíbrio, sendo alcançado, no curto prazo, segundo o Tesouro alemão, através da estabilização do marco e da suspensão das reparações. O ajuste fiscal proposto para ajudar neste processo acabou não sendo significativo tanto pela instituição, entre os anos de 1919 e 1920, da Reforma Erzberger que instituía a reforma tributária, que elevava o pagamento de impostos e aumentou o controle do governo central sobre a receita total do setor público, quanto pelo efeito devastador da inflação sobre a dívida pública de longo prazo.

Além disso, outro obstáculo encontrava-se na Balança de Pagamentos alemã, uma vez que, segundo o Tratado, o país deveria pagar parte das reparações em carvão, e cuja suspensão serviria para assegurar o equilíbrio da balança, pois teria a dupla função de contribuir para o equilíbrio das contas públicas e também externas. Finalmente, o câmbio deveria sofrer uma depreciação (que levasse em conta o poder de compra interno do marco e a taxa de cambio no momento da execução do plano), pois uma tentativa de estabilização sem esta condição seria imprudente.

Caso houvesse concordância com a suspensão dos pagamentos, o governo alemão asseguraria: criar em seu Banco Central um departamento independente para cuidar do controle cambial (com reservas adequadas de ouro); compra, por este departamento, de marcos a uma taxa fixa em relação ao dólar, enquanto qualquer parte deste ouro ainda não estivesse empenhada; manutenção da dívida flutuante de curto prazo para além de um limite preestabelecido, fazendo com que qualquer necessidade de crédito fosse feita através de empréstimos de longo prazo. Em caso de concordância por parte dos aliados, seriam instituídos: o aumento das reservas para o departamento de controle cambial, através de consorcio financeiro internacional; abolição das restrições cambiais e a manutenção das taxas de juros elevadas até o fim da estabilização.

A remonetização da economia alemã ocorreria, portanto, através de uma política de extensão de crédito pelo Reichsbank, venda de marcos alemães contra o recebimento de moeda estrangeira, e finalmente, o desconto de novas letras do Tesouro até que se atingisse o equilíbrio orçamentário.

Keynes influenciou bastante o parecer da maioria e isto é comprovado pelo que ele já expressava em artigos publicados em momentos anteriores à expedição do parecer, como, por exemplo, a necessidade de uma moratória externa para que ocorresse uma rápida recuperação da economia alemã. Mas o principal seria reavaliar o problema das reparações, apesar da diminuição das demandas por parte dos Aliados, ainda não foram suficientes para que houvesse avanço sob este aspecto. No entanto, Keynes subestimou a capacidade alemã de recuperação caso não houvesse, por parte dos Aliados, a redução das reparações, assim como também subestimou a possibilidade da ameaça francesa de reabrir a guerra em resposta à suspensão parcial do pagamento das reparações, o que acabou acontecendo em janeiro de 1923 com a ocupação franco-belga do Ruhr.

Desta forma, seria preciso analisar tecnicamente as possibilidades de estabilização do marco alemão, que não poderia contar com um empréstimo internacional, pois confiar nesta possibilidade seria “cometer um erro fundamental sobre o caráter das finanças internacionais” (KEYNES, 1923 apud BATISTA JR, 1992, p. 247). Somente a moratória levaria a Alemanha ao equilíbrio e à estabilização tão pretendidos. Porém, não havia como precisar o tempo que duraria a moratória, nem os valores que poderiam ser pagos após o seu fim. Um acordo sobre as reparações ajudaria a mudar a situação econômica do país e, para ele, “não se podia perder de vista que a carga da dívida pública interna de longo prazo já havia sido eliminada pela inflação, o que contribuía para facilitar o reequilíbrio das contas do governo” (BATISTA JR, 1992, P. 248). A recuperação, portanto seria viável, mas somente se não acontecessem atos militares que conduzissem o continente à desordem.

A moratória, no entanto, não era uma opção para o presidente do Reichsbank à época: Havenstein. Para ele, mesmo que ela fosse empreendida, qualquer projeto com vistas à estabilização seria uma temeridade, por causa da situação deficitária da balança comercial, o que segundo Keynes consistia num equívoco, uma vez que o controle cambial não dependia do saldo da balança comercial, mas antes, da situação do orçamento que se fosse controlado, ajustaria a balança comercial automaticamente.

A ocupação do Ruhr e o estabelecimento da resistência passiva interferiram na sua avaliação sobre a viabilidade da estabilização, uma vez que ocorreram a transferências de subsídios entre as Alemanhas, não ocupada e ocupada, que segundo ele, transformava qualquer possibilidade de organização da economia sem esperança. Somente a suspensão destes subsídios e uma assistência britânica levariam a Alemanha ao caminho da estabilização.

Keynes ainda propôs um retorno da Alemanha ao padrão ouro porque, segundo ele, “nesse regime, o ajuste das contas externas se faz basicamente por meio de flutuações no nível da atividade e/ou no nível geral de preços, provocadas por variações correspondentes na liquidez doméstica” (BATISTA JR, 1992, p. 253). No longo prazo, seria necessário realizar austeridade fiscal e alcance de um equilíbrio externo através de um nível adequado de atividade econômica. No caso do orçamento, Keynes chamava à atenção para os efeitos da inflação sobre a receita real do setor público, o que atualmente é conhecido como efeito Oliveira-Tanzi, que expressa a relação entre a arrecadação tributária e as taxas de inflação: o efeito corrosivo causado pela aceleração da inflação sobre a arrecadação do governo, ou seja, quanto maior a desvalorização da moeda na qual os impostos são pagos, menor será a arrecadação real do governo. O ajuste fiscal seria alcançado através da associação dos efeitos da estabilização cambial e suspensão das reparações.

Para que o programa de estabilização funcionasse, seria necessário que o Reichsbank dispusesse de um nível inicial de reserva, o que para Keynes, seria de cerca de 50% dos 50 milhões de libras esterlinas. O imprescindível era que o banco Central assumisse o compromisso de manter o nível de liquidez sob intenso controle e as taxas de juros elevadas, de modo que a Alemanha pudesse construir uma imagem confiável em relação a sua taxa de câmbio, capaz de promover um fluxo de capitais externos de curto prazo. Era importante reconhecer que este fluxo seria temporário, pois a economia internacional estaria sujeita a reveses como um aumento das taxas de juros externas ou mesmo a perda de confiança na política econômica que estava sendo implantada na Alemanha. “Esgotado o período de graça associado à realocação de portfólio, a Alemanha teria que oferecer taxas de juros crescentes para garantir o mesmo afluxo de capital do exterior por unidade de tempo” (BATISTA JR, 1992, p. 259).

Uma vez que o Banco Central possuía ouro correspondente a um montante duas vezes maior que a quantidade de moeda em circulação, “o Reichsbank poderia recomprar todas as notas de marcos e ainda ficar com um montante expressivo de ouro” (BATISTA JR, 1992, p. 258). O risco de diminuição das reservas ocorreria apenas se as tentativas de equilibrar o orçamento não funcionassem. Esta sugestão, porém, esbarrava na relutância no comprometimento das reservas de ouro pelo Reichsbank, pois este se baseava na teoria em voga na maioria dos países europeus, à exceção da Inglaterra, que pregava que as reservas só deveriam ser utilizadas quando fosse possível se certificar de que não seriam utilizadas. Além disso, Berlim ainda tinha esperanças de contrair um empréstimo externo. Tudo isto fazia com

que o governo alemão se mostrasse ainda menos disposto a arriscar suas reservas. Mas, segundo Keynes:

“(...) é inútil supor que você pode emprestar dinheiro antes de seu crédito ser restabelecido. (...) A noção de que o estrangeiro vai lhe emprestar antes de sua estabilização e que ele vai assumir o risco da quebra de sua estabilização parece ser bastante ridículo e uma parte de uma psicologia ruim¹⁵” (KEYNES apud BATISTA JR, 1992, p. 260).

Toda a análise keynesiana se aproximava bastante das análises hoje conhecidas como heterodoxas, que atribuem um peso menor ao ajuste fiscal-monetário, quando comparado a medidas “como o congelamento de preços e salários ou da taxa de câmbio e a suspensão ou renegociação da dívida externa” (BATISTA JR, 1992, p. 257). Ou seja, medidas análises (que inspiram medidas de política econômica) segundo as quais há um importante componente de endogeneidade da moeda, cuja característica está relacionada à capacidade que o sistema financeiro possui de proporcionar os instrumentos que atuarão como meios de pagamentos de acordo com as necessidades demandadas pelos agentes econômicos.

2.2 A ‘Hiperestabilização’ de Hjalmar Schacht

“Com tais palavras o Homem que Calculava deixou a todos nós maravilhados com sua argúcia e invejável talento. A sua capacidade de calculista ia ao extremo de contar as palavras e as letras de uma frase que acabara de ouvir.”

O homem que calculava, Malba Tahan.

No ano de 1923 a Alemanha passava pela pior fase de sua crise econômica, levando o governo e a sociedade alemã a pensarem sobre a emergência de uma reforma monetária, desconsiderando o andamento das negociações feitas com os aliados sobre as reparações de guerra. No dia 12 de novembro daquele ano, quando a hiperinflação estava em seu ápice, o ministro das finanças, Hans Luther, convidou Hjalmar Schacht, que fazia parte da diretoria do Danat-Bank, a assumir o cargo de secretário da Moeda do Reich. Ele aceitou e tomou posse no dia seguinte.

A criação deste cargo, no entanto, ocorreu no pior momento para a economia. Rudolf Havenstein, então presidente do Reichsbank, sofria pressões para que renunciasse ao cargo, devido à sua fraca atuação ante a grave crise alemã. Mas uma vez que o seu cargo era vitalício, a reforma econômica teria que ser feita com e apesar dele.

¹⁵ Tradução livre.

As ideias passam a ser postas em prática de forma imediata e três dias depois de sua posse, Schacht leva a cabo a reforma monetária instituindo o Rentenmark como moeda oficial. Esta seria a principal diferença entre os programas propostos por Keynes e Schacht: a criação de uma moeda paralela ao marco-papel. Contudo, a ideia de criação de uma nova moeda indexada foi inicialmente formulada por Karl Helfferich, que era professor e deputado:

Sua ideia tinha como base a criação de uma “moeda indexada”, à semelhança de algumas ideias brasileiras da década de 1980, mas tendo como inspiração a experiência alemã de moedas privadas de valor constante (*wertbeständigesnotgeld*) frequentemente lastreadas em estoques de grãos, minerais e mesmo energia elétrica. Sua proposta era a de emitir um desses instrumentos, mas em larga escala, com o propósito de substituir a moeda nacional, praticamente destruída pela inflação. (FRANCO, 1999, p. 5)

A nova moeda passaria, então, a ser chamada Roggenmark (marco-centeio), fazendo alusão à agricultura e aos valores reais nos quais se baseavam estas emissões privadas que se reproduziram às dezenas de milhares. Esta ideia foi modificada, no entanto, em alguns pontos: a moeda indexada seria chamada Rentenmark e conversível em títulos conversíveis à taxa de câmbio. “O próprio Schacht havia trabalhado para que, ao fim das contas, o mecanismo fosse destinado a garantir a volta ao padrão-ouro.” (FRANCO, 1999, p. 6). Um novo banco foi criado, o Rentenbank, que seria apenas o banco de emissão da moeda, para que ao lado do Reichsbank, o banco de controle, passasse a distribuir a moeda.

A impressão das notas de *rentenmark* levou cerca de um mês para ficar pronta. Assim, no início, o *rentenmark* funcionou apenas como um indexador. Para Schacht, a aceitação da nova moeda pelo povo foi extraordinária. A demanda foi muito alta, sendo que filas se formavam para a aquisição do *rentenmark*, principalmente pelo fato de sua indexação ao dólar (FRANCO, 1995 apud COUTO e HACKL, 2007, p.321).

A fase seguinte foi iniciada em 20 de novembro de 1923 quando houve o congelamento da taxa de câmbio: 1 dólar era equivalente a 4,2 trilhões de marcos, e 1 *rentenmark* era cotado a 1 trilhão de marcos. Logo, 1 *rentenmark* valeria 4,2 dólares¹⁶. “A fixação da taxa nominal de câmbio seria, de fato, um dos elementos centrais do programa de estabilização iniciado em novembro de 1923, logo após o abandono da resistência passiva” (BATISTA JR, 1992, p. 265). Neste mesmo dia morreu Havenstein, presidente do Reichsbank, que já estava totalmente ofuscado pela presença de Schacht. O mais importante

¹⁶ Este processo utilizado na Alemanha, à época, seria muito similar ao utilizado pelo Brasil quando estabeleceu a URV (Unidade Real de Valor) para preceder o Real em julho de 1994.

era o fato de que sua morte deixou abertas as portas a sua sucessão. Para o seu cargo foram sugeridos dois nomes: Schacht, que estava cuidando do processo de estabilização, e o professor Karl Helfferich, precursor da ideia do Rentenmark. (COUTO e HACKL, 2007, p. 321).

Os dois possuíam experiência bancária, mas apesar da experiência que Helfferich possuía (acadêmico com uma carreira mais estabilizada, com vários livros publicados sobre a área monetária e contava com o apoio do grupo de diretores do Reichsbank) havia o problema de ser representante parlamentar do DeutschnationalePartei, que tinha uma ideologia “mais à direita” do que o atual gabinete. Em contrapartida, Schacht contava com o fato de que Helfferich era o preferido de Havenstein, o que acaba tornando neutra a preferência dos diretores do banco. Além disso, Schacht lançou a ideia de que, para o bem do programa recém-lançado, as funções de Comissário da Moeda e presidente do Reichsbank deveriam ser unificadas. “Caso Schacht não fosse o escolhido, Helfferich se tornaria poderoso demais, pois o mandato era vitalício. A manobra foi magistral, e o escolhido foi Schacht.” (FRANCO, 1999, p. 7). No dia 22 de dezembro, ele foi nomeado presidente vitalício do Reichsbank pelo presidente Friedrich Ebert.

O próximo passo dado a caminho do processo de estabilização foi o combate ao dinheiro de emergência (Notgeld) que era emitido tanto pelo setor público quanto privado, o que levava a Alemanha à situação na qual, cada um possuía seu Reichsbank para emitir sua moeda. Schacht, então, declarou que este dinheiro não seria mais aceito pelo banco central, sendo, portanto, inútil sua emissão. Esta atitude não foi bem aceita pelos empresários, que ficaram indignados, uma vez que tiravam vantagens da emissão dos Notgeld. A maior reação veio dos empresários da região da Renânia-Vestfália que chegou a marcar para o dia 25 de novembro de 1923 uma reunião com os representantes do banco central. Após três horas de discussões, Schacht faz um discurso aos empresários, onde fala:

Admito que a interrupção do dinheiro de emergência lhes causa transtornos, embaraços e dificuldades. Porém nenhum de seus argumentos tem importância em face das necessidades de tornar a moeda alemã novamente estável (...). A grande massa do povo alemão trabalhador tem de recuperar, com uma moeda estável, um chão firme sob os pés. Por isso concluo a discussão de hoje com a declaração irrevogável de que o Reichsbank permanecerá em sua decisão de rejeitar o dinheiro de emergência. Os senhores terão que se acostumar de novo a dirigir suas casas com cifras monetárias estáveis (SCHACHT, 1999 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 322).

Mas apesar do enorme sucesso que obteve para contenção do processo inflacionário, Schacht não aceitou muito bem a ideia de sua utilização sem que, adicionalmente, não fossem

impostos o congelamento da taxa de cambio e a proibição da emissão dos Notgeld. O sucesso desta reforma foi considerado “O milagre do Rentenmark”, e Schacht teve que ver a opinião pública alemã taxá-lo tanto de defensor intransigente da moeda quanto o destruidor da indústria alemã (o que é comum acontecer em qualquer processo de estabilização). Quando Helfferich faleceu num acidente de trem em abril de 1924 na Itália, sobram a ele todas as honras pela criação do Rentenmark. Sobre os problemas que Schacht enfrentou naquele período, ele escreveu:

Quando a Alemanha tentou em 1923 frear por seus próprios meios a inflação, mediante a introdução de uma nova moeda, isto não se verificou mediante o Roggenmark [marco-centeio] proposto por Helfferich [dirigente do partido nacional alemão], porque o centeio, com suas oscilações de preços a curto prazo, resultava impossível para ser contemplado como base monetária e, quando em lugar do Roggenmark se propôs o Rentenmark [marco-renda], que tinha sua cobertura nos bens raízes¹⁷, não terminou ali essa medida, senão que se agregou ao Rentenmark um valor ouro, constituído pelo mesmo valor do ouro que tinha o Reichsmark antes da inflação. Já é tempo de que desapareça de uma vez por todas a lenda do Rentenmark. O Rentenmark era uma construção impossível desde o ponto de vista monetário. Nunca tinha constituído tampouco um meio de pagamento total (SCHACHT, 1950 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 322).

No dia 30 de agosto de 1924, foi promulgada a lei que tornaria o Reichsmark a moeda oficial da Alemanha a partir do dia 11 de outubro de 1924. Todo o processo de modificação entre Rentenmark e Reichsmark levaria um prazo de dez anos para ocorrer e sua paridade seria de 1 para 1. Até o dia 23 de agosto de 1926 a nova moeda manteve a paridade cambial com o dólar, quando esta política foi abandonada em favor de uma taxa de câmbio flutuante.

2.3 O Plano Dawes e Young e o “Crash” de 1929

“Embora me tenham feito mal, tenho esperanças. Não fiquei com dois corações... Agora estamos juntos outra vez para fazer a paz. Minha vergonha é tão grande quanto a terra, embora eu vá fazer o que meus amigos aconselham. Antes eu pensava que era o único homem que insistia em ser amigo do branco, mas desde que eles vieram e acabaram com nossas tendas, cavalos e tudo o mais, é difícil para mim, acreditar ainda nos brancos.”

Enterrem meu coração na curva do rio, Dee Brown.

Em 13 de março de 1924 foi criado na Alemanha o Golddiskontbank, um banco de desenvolvimento que tinha a função de emprestar recursos à região industrial alemã (principalmente à Renânia-Vestfália) e cuja direção estava nas mãos do Reichsbank. Sua criação foi uma das ações de Schacht com intuito de reativar a economia alemã. Com o intuito

¹⁷O nome **bem de raiz** é uma designação genérica para bens **imóveis**, incluindo terrenos. Na linguagem jurídica, um **bem de raiz** é equivalente ao termo “imóvel”, como é mais popularmente conhecido.

de conseguir capital para criação do banco, ele viajou à Inglaterra e na manhã do ano novo de 1924 reúne-se com Montagu Norman, presidente do Banco Central inglês. A proposta era a seguinte:

Tenho a intenção de criar, ao lado do Reichsbank, um segundo banco de emissão, baseado totalmente no ouro. Esse banco abrirá crédito apenas contra títulos e socorrerá preferivelmente aquelas indústrias alemãs que possam retomar as exportações. Vou chamá-lo de Golddiskontbank (...). Imagino a criação do banco com um capital de 200 milhões de marcos. O capital deve ser conseguido em moeda estrangeira, digamos, em libra esterlina. Acredito que me será possível arranjar a metade do capital em moeda estrangeira dentro da Alemanha. Gostaria de solicitar a outra metade do banco da Inglaterra (SCHACHT, 1999 apud COUTO e HACKL, 2007, p. 324).

A proposta foi aceita e a Alemanha conseguiu um empréstimo de 100 milhões de marcos em moeda estrangeira a uma taxa de juros de 5% ao ano (o que equivalia à metade da taxa de juros cobrada na Alemanha), e internamente os outros 100 milhões. O Golddiskontbank funcionou até 1945 e serviu aos propósitos do Reichsbank nas políticas de apoio a moeda e fomento as exportações.

A estabilidade, no entanto, ainda não havia sido alcançada e Schacht buscou uma revisão das reparações de guerra, uma vez que seu pagamento poderia consumir mais de 80% das exportações, o que contribuía para inviabilizar o processo de estabilização. As várias negociações resultaram na realização de uma conferência em janeiro de 1924 em Paris: A conferência Dawes, que teve este nome em função do presidente do comitê de reparações que formulou o plano, General Charles G. Dawes. Nesta conferência, Schacht expôs que o fornecimento forçado de mercadorias para o exterior, os conflitos na região do Ruhr e a inflação eram os principais problemas enfrentados pela Alemanha.

Em agosto de 1924 o acordo foi estabelecido e tinha como principais pontos:

a) reforma monetária para estabilizar o marco (já realizada por Schacht); b) criação de novos impostos, para sanear o déficit público; c) revisão dos valores das reparações (o montante a ser pago anualmente seria de 1 bilhão de marcos-ouro nos quatro primeiros anos, e depois 2,5 bilhões pelos anos seguintes); d) empréstimos oferecidos pelos Estados Unidos; e) a França retiraria parte de suas tropas da Alemanha; f) reestruturação do *Reichsbank*, com a introdução de um grêmio fiscalizador (SCHACHT, 1999 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 325).

Paralelamente às negociações, ocorria na Alemanha um processo de especulação do Rentenmark, que já apresentava um deságio de 15% em relação ao dólar. Este processo ocorreu porque especuladores alemães venderam o Rentenmark no exterior contra outras moedas o que obrigou Schacht a suspender toda a concessão de crédito do Reichsbank no dia

5 de abril de 1924, gerando uma revolta contra o Reichsbank. A economia voltou à normalidade 57 dias depois com o fim do processo especulativo.

O plano Dawes forneceu à Alemanha um empréstimo de 800 milhões de marcos-ouro em divisas estrangeiras (com uma garantia fornecida por títulos das ferrovias alemãs), propiciando ao país o retorno ao mercado internacional de créditos. Para supervisionar este processo, uma agência de reparações deveria ser estabelecida em Berlim. O sucesso da economia alemã acabou contagiando o mercado financeiro de tal forma que um grande montante de capitais externos migrou para o país, principalmente vindo dos Estados Unidos. Segundo Beams,

Um sistema triangular de pagamentos foi estabelecido — dos Estados Unidos para a Alemanha, da Alemanha para os Aliados, e então dos Aliados de volta para os Estados Unidos, com Wall Street na posição de principal beneficiária. Em 1926, o parlamentar do Partido Trabalhista Philip Snowden observou que os EUA receberiam \$600 bilhões de dólares por ano em função das dívidas europeias. As reparações alemãs eram estimadas em \$250 milhões por ano (BEAMS, 2009, p. 3)

A facilidade de crédito fez com que vários empréstimos externos fossem feitos para investimentos em obras públicas que não geravam renda para o pagamento das dívidas, sendo utilizados para o pagamento das reparações. Schacht (1999 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 325) alertou sobre o fato de a Alemanha pagar as reparações com “(...) dinheiro emprestado e não com os excedentes de exportação. Era só questão de tempo, até que a Alemanha não tivesse mais condições de efetuar pagamento em moeda estrangeira”.

Para ele, o dinheiro dos empréstimos deveria ser voltado às indústrias que produziam bens para exportação, gerando através disso, as divisas necessárias aos pagamentos. Segundo Beams (2009, p. 5), “a maior parte do influxo de capital para a Alemanha não foi usada para modernizar e expandir a indústria, mas foi empregada no financiamento a projetos e atividades governamentais. Isto é, os empréstimos não foram investidos em capital produtivo.” Sendo assim, houve a tentativa de sua parte de bloquear os empréstimos que não se enquadrassem nesta condição, mas sem sucesso. Como consequência, a dívida externa passou a crescer até o ano de 1931.

Outro problema causado pelo crescimento do nível de empréstimos foi o desemprego. A obtenção de moeda estrangeira servia para a compra de bens industrializados no exterior, comprometendo, assim, o desempenho da manufatura alemã. “O desemprego permaneceu elevado na segunda metade dos anos 1920 (acima de 1 milhão de desempregados), mesmo com a economia alemã crescendo consideravelmente” (COUTO & HACKL, 2007, p. 325).

Quando se constatou que a Alemanha não estava pagando as reparações com o excedente da balança comercial, mas com dinheiro emprestado, uma nova conferência foi realizada em Paris em fevereiro de 1929, tendo à frente o financista norte-americano Owen Young.

Esta conferência buscava respostas a duas questões: qual o valor que a Alemanha deveria pagar anualmente em reparações? E qual a capacidade que a Alemanha teria de transferir esta quantidade em moeda estrangeira sem comprometer o crescimento de sua economia?

Schacht propôs a criação de um banco internacional, o BIS (Bank of International Settlements) cuja função seria a distribuição dos pagamentos das reparações e financiamento a países subdesenvolvidos que através destes empréstimos proveriam sua industrialização comprando bens de capital de empresas alemãs, com sede na cidade suíça de Basileia. Além disso, ele tentou reaver as regiões orientais da Polônia para garantir a aquisição de matérias-primas com a própria moeda, o que acabou causando a impressão de que a Alemanha tentava burlar alguns termos do Tratado de Versalhes. Ao final da conferência, Schacht não quis assinar o tratado por considera-lo ultrajante, mas foi obrigado pelo governo alemão. No dia 2 de Abril de 1930 ele pediu demissão da presidência do Reichsbank. Segundo Couto e Hackl,

(...) o Plano Young reduziu as reparações em média a 1,5 bilhão de marcos-ouro por ano, os controladores estrangeiros saíram da Alemanha, os bens sob administração externa foram liberados e ficou aprovada a criação de um banco de compensações de pagamentos. Não obstante, o grande fator negativo era o valor estipulado para as reparações: 121 bilhões de *reichsmark* (US\$ 26,4 bilhões), a serem pagos em 58 anos (SCHACHT, 1931 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 328).

Um ano depois, em 1931, a crise econômica que iniciou com o crash de 1929 nos estados Unidos, acabou atingindo a Alemanha, promovendo a falência de bancos e empresas do país. O maior banco da Áustria não conseguiu pagar sua dívida externa e começou a retirar os créditos concedidos à Alemanha que viu a rápida deterioração de suas reservas cambiais e em ouro. Apesar de não estar oficialmente ligado ao governo alemão, Schacht propôs em junho daquele ano a moratória da dívida para impedir a fuga de divisas, mas seu conselho não foi considerado e as reservas do Reichsbank se esgotaram. No mês seguinte, o chanceler alemão, Heinrich Brüning, o convidou para assumir o cargo de secretário do governo para assuntos bancários, mas ele recusou a oferta.

CAPÍTULO 3 – ASCENSÃO DA ECONOMIA NAZI

3.1 A economia durante a depressão econômica e a ascensão nazista

“Era uma vez um homenzinho estranho, que decidiu três detalhes importantes sobre sua vida: 1. Ele repartiria o cabelo do lado contrário ao de todas as outras pessoas. 2. Criaria para si mesmo um bigode pequeno e esquisito 3. Um dia, ele dominaria o mundo. O homenzinho perambulou por muito tempo, pensando, fazendo planos e procurando descobrir exatamente como tornaria seu o mundo. E então, um dia, saído do nada, ocorreu-lhe o plano perfeito Ele viu uma mãe passeando com o filho a horas tantas, ela repreendeu o garotinho, até que ele acabou começando a chorar. Em poucos minutos, ela lhe falou muito baixinho, e depois disso ele se acalmou e até sorriu. O homenzinho correu até a mulher e a abraçou. "Palavras!" e sorriu. "O que?" Mas não houve resposta. Ele já se fora.”

A menina que roubava livros, Markus Zusak.

Em julho de 1931 a crise internacional atingiu a Alemanha pondo fim ao período áureo da República de Weimar. Vários bancos faliram e muitos empréstimos estrangeiros não foram pagos e a taxa de desemprego aumentou consideravelmente, atingindo 40% da população o que equivalia a 6 milhões de alemães. “Uma crise bancária é deflagrada, já que após o crash de Wall Street os fundos que haviam financiado a curto prazo o auge alemão dos anos 20 são repatriados para os Estados Unidos” (FIORI, 1999, p. 207).

Sobre este período, Schacht comentou:

Uma diminuição da produção em quase um terço, um alto índice de desemprego que se torna um fenômeno duradouro, uma dívida interna que se expressa diariamente nos números de concordatas, uma dívida externa que impossibilita um pagamento no vencimento, uma moeda que não serve mais para a circulação regular de mercadorias, mas apenas para ocultar a falta de liquidez de nossas instituições financeiras e do setor público, esta é a situação alemã (SCHACHT, 1999 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 330)

O impacto na sociedade alemã foi pungente, e quem mais sofreu o duro golpe da crise econômica foi a burguesia. Dentro desta classe social, apenas os mais ricos, banqueiros e industriais, conseguiram sobreviver. A média e a pequena burguesia acabaram subproletarizadas. Os trabalhadores industriais também sofriam pela busca por emprego que parecia interminável, assim como os jovens que ansiavam pela perspectiva de uma vida normal. O governo alemão cortou qualquer tipo de fundo de amparo aos desempregados. Os que menos sofreram nesta nova realidade foram os trabalhadores rurais, mas estes eram poucos em uma sociedade industrial. A recessão atingiu seu auge no ano de 1932 junto com o declínio da confiança alemã na República de Weimar cujo governo era ocupado pelos

socialistas. Neste mesmo ano, no mês de julho, ascendia ao poder o Partido Nacional-Socialista Alemão, liderado pelo austríaco Adolf Hitler.

O DAP (*Deutsche Arbeiterpartei*), partido dos trabalhadores alemães, foi fundado em Munique no ano de 1919 por Anton Drexler e Gottfried Feder. Nesta mesma época, se encontrava em Munique, Hitler, que ainda era um desconhecido cabo alemão. Sobre ele, Perosa Júnior escreveu:

Hitler que havia nascido na Áustria em 1889 e viveu boa parte de sua juventude em Linz e Viena onde desenvolveu um profundo e odioso antissemitismo pouco antes de estourar a primeira guerra mundial se mudou para Munique em 1913 fugindo do serviço militar Austro-Húngaro, país que considerava indigno de se combater por apresentar uma imensa diversidade étnica. Em Munique ele se alistou no exército alemão logo que a guerra foi deflagrada e serviu no *front* ocidental onde acabou ferido e condecorado com a cruz de ferro primeira classe (FEST, 2005 apud PEROSA JÚNIOR, 2009, p. 2).

Ele chegou à liderança do partido graças as suas habilidades, e em 1920 o nome do partido foi modificado para N.S.D.A.P. (Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei), o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Nesta mesma época ele deixou o exército e passou a se dedicar totalmente ao partido. Inspirados pelo fascismo italiano, os nazistas organizaram um golpe de estado em Munique¹⁸ que acabou fracassando, o que fez com que Hitler fosse sentenciado a cinco anos de cárcere em 1924 na prisão de Landsberg, dos quais cumpriu apenas nove meses. Durante este período ele escreveu *Mein Kampf* (Minha Luta) onde afirmava a supremacia ariana, defendendo a conquista de territórios para que ela pudesse crescer, o racismo, o antissemitismo e um Estado que fosse capaz de servir o povo. “Hitler introspectivamente decidiu que o único meio para conquistar o poder seria através da legalidade, por isso nos anos subsequentes o partido teria que se adaptar ao sistema eleitoral alemão” (PEROSA JUNIOR, 2009, p. 3).

A crise lhe proporcionou atrair para o partido a classe média e os industriais que trouxeram consigo o financiamento de que tanto precisava. Segundo Coggiola,

(...) o caixa nazista recebeu o apoio dos *konzern* (Kirdorf, do carvão; Vorgler e Thyssen, do aço; IG Farben; o banqueiro Schroeder, etc.), os cartéis alemães. (...) Às classes médias desesperadas, os nazistas propunham remédios contra a angústia: xenofobia, racismo, nacionalismo exacerbado, acompanhados de uma demagogia anticapitalista que apontava contra os judeus. (...)o nazismo oferecia uma saída imediata para a juventude desempregada: o emprego nas suas fileiras, fardado, nas milícias armadas, nas SA (tropas de assalto) e, depois, nas SS (*Schutzstaffel*, destacamento da guarda, na verdade guarda de elite particular de Hitler, apelidada de

¹⁸ Este golpe ficou conhecido como o Putsch da cervejaria de Munique em alusão ao local onde os golpistas se reuniam para conspirar contra o governo.

“camisas negras”). O emprego, o salário, a farda, devolviam aos jovens o que eles julgavam ser uma existência que a sociedade lhes negava. (COGGIOLA, 2013, p. 21)

O partido viu, então, o crescimento de sua militância que passou de 176 mil em 1928 para 800 mil em 1931, aumentando para mais de um milhão no ano seguinte. Apesar disso, os partidos comunista e socialista também cresceram e no ano de 1928 somavam 12.418.000 votos e em 1930, 13.160.000, ao passo que os nazistas só obtinham 6.400.000 votos, ou seja, mesmo sem nunca ter atingido a maioria dos votos, o partido nazista se tornou o maior partido da Alemanha. “Alguns autores atribuem a ascensão do nazismo aos erros e a miopia da esquerda (a profunda desunião do partido comunista e do partido socialdemocrata atesta isso¹⁹) outros afirmam que a complacência dos dirigentes conservadores da república de Weimar.” (PEROSA JÚNIOR, 2009, p. 3). É importante frisar a popularidade que o partido conseguiu através da propaganda em jornais, rádios, marchas e discursos rancorosos que sempre apelavam para o sofrimento vivido pelo povo alemão. “Como nenhum outro, ele soube, acima de tudo, usar o Tratado de Versalhes e o ressentimento generalizado como meios de integralização para mobilizar a nação” (FEST, 2006, p. 44). Sobre isto, Hitler afirmou:

O fim da propaganda não é a educação científica de cada um, e sim chamar a atenção da massa sobre determinados fatos, necessidades, etc., cuja importância só assim cai no círculo visual da massa. (...) Toda propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir. Assim a sua elevação espiritual deverá ser mantida tanto mais baixa quanto maior for a massa humana que ela deverá abranger. Tratando-se, como no caso da propaganda da manutenção de uma guerra, de atrair ao seu círculo de atividade um povo inteiro, deve se proceder com o máximo cuidado, a fim de evitar concepções intelectuais demasiadamente elevadas. Quanto mais modesto for o seu lastro científico e quanto mais ela levar em consideração o sentimento da massa, tanto maior será o sucesso. Este, porém, é a melhor prova da justeza ou erro de uma propaganda, e não a satisfação às exigências de alguns sábios ou jovens estetas. A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da grande massa. Ela encontra, por forma psicologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo. Que os nossos sabidos não compreendam isso, a causa está na sua preguiça mental ou no seu orgulho. Compreendendo-se, a necessidade da conquista da - grande massa, pela propaganda, segue-se daí a seguinte doutrina: É errado querer dar à propaganda a variedade, por exemplo, do ensino científico. A capacidade de compreensão do povo é muito limitada, mas, em compensação, a capacidade de esquecer é grande. Assim sendo, a propaganda deve-se restringir a poucos pontos. E esses deverão ser valorizados como estribilhos, até que o último indivíduo consiga saber exatamente o que representa esse estribilho. (HITLER, 2001, p. 80).

Mas Hitler acabou chegando ao poder em janeiro de 1933. Devido a uma crise política na República de Weimar, o presidente Hindenburg, pressionado pela burguesia alemã que

¹⁹ Estes partidos se recusaram a formar uma Frente única contra o Nazismo.

estava temerosa que ocorresse no país o aumento das forças de esquerda, bem como uma revolução comunista como a ocorrida na Rússia em 1917, nomeou Adolf Hitler chanceler do Reich²⁰. Depois da morte de Hindenburg em 1934, atribuído de plenos poderes pelo parlamento, ele se torna também presidente e se auto intitula Führer e Chanceler do Império da Alemanha. Começava a ditadura nazista.

Fotografia 3 - Comício Nazi em Nuremberg com presença de Adolf Hitler



Fonte: <http://pt.worldwar-two.net/multimedia/48/>

Judeus e comunistas passaram a ser perseguidos e presos. Houve também a suspensão dos direitos constitucionais e a dissolução dos partidos. A ascensão de Hitler também significou a destruição do movimento operário na Alemanha. Sobre isto Goebbels falou em seu jornal: “Quando os sindicatos estiverem em nossas mãos, os outros partidos ou organizações não aguentarão muito tempo... Em um ano, a Alemanha inteira terá caído em nossas mãos”. (COGGIOLA, 2013, p. 22). No dia 14 de julho de 1933, o NSDAP foi proclamado o partido único da Alemanha. Com isto, “o Estado nazista, a criatura mais monstruosa da história política, estava lançado” (COGGIOLA, 2013, p. 23).

²⁰ Essa ascensão dos nacional-socialistas ao poder marcou o fim da efêmera República de Weimar e o início do conturbado III Reich. (OSORIO, 2010, p. 4)

3.2 Os planos quadrienais

“Emprega não menos de três meses em preparar teus artefatos e outros três para coordenar os recursos para teu assedio. Nunca se deve atacar por cólera e com pressa. É aconselhável tomar-se tempo na planificação e coordenação do plano. Portanto, um verdadeiro mestre das artes marciais vence outras forças inimigas sem batalha, conquista outras cidades sem assediá-las e destrói outros exércitos sem empregar muito tempo.”

A Arte da Guerra, Sun Tzu.

Os nazistas defendiam que era necessária a total intervenção do Estado na economia, mas sem a supressão da propriedade privada. “A ideia condutora do auge econômico, que se inicia em 1933/1934, era a de uma guerra de expansão e exploração. A economia foi dinamizada pela produção de armamentos e de bens de capital desde o começo da gestão nazista” (BRAGA, 1999, p. 209).

O projeto econômico nazista era constituído por duas metas prioritárias: o combate ao desemprego, pois quando o partido assumiu o poder em 1933 havia seis milhões de desempregados, e o programa secreto de rearmamento. Mas a criação de empregos acabou se tornando a prioridade para o novo governo.

Para levar adiante o programa de reestruturação da economia Hitler convidou Schacht para assumir o cargo de Ministro da Economia, o que mostrava a preocupação dos nazistas com o controle inflacionário, uma vez que ainda eram recentes as lembranças do período hiperinflacionário vivido na década de 20. Esta atitude acabou agradando as classes dominantes e as finanças internacionais.

O primeiro contato que Schacht e Hitler tiveram foi em 1931 em um jantar oferecido por Hermann Goring²¹. Em outros encontros que ele teve com membros do partido nazista, Schacht ficou preocupado com as ideias perigosas defendidas por eles, fazendo com que percebesse que era necessário sair do isolamento que se impusera após sua saída do governo anterior, sentindo que tinha uma responsabilidade maior com o povo alemã. Sobre isto, escreveu:

Meus vários encontros, com defensores da política econômica nacional-socialista, entre eles eventuais conversas com Gottfried Feder²², levaram-me a questionar o que seria da economia alemã se aquelas teorias econômicas fossem colocadas em prática (...). Comecei a refletir se era responsável de minha parte manter-me tão afastado da vida pública como até então (...). Por isso, dei a entender a Hitler, verbalmente e por escrito, que não me recusaria a cooperar, caso ele assumisse o poder. Isso mais tarde

²¹ Militar alemão, político e um dos líderes do partido nazista. Em 1933 fundou a Geheime Staatspolizei (Gestapo), a polícia secreta do Estado.

²² Foi secretário do estado para assuntos econômicos entre 1933 e 1934, era um dos membros-chave do partido Nazista.

seria levado a mal. Mas nunca encontrei em lugar algum, nem na época, nem posteriormente, uma explicação do que mais poderia ter sido colocado no lugar do chanceler Hitler (SCHACHT, 1999 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 331).

O desemprego era uma grande preocupação de Hitler e após uma reunião com Schacht, onde quis saber se o Reichsbank conseguiria fornecer o dinheiro necessário ao combate da inflação, Schacht afirmou que o Reichsbank deveria gastar todo o dinheiro que fosse necessário para acabar com o desemprego na Alemanha. Diante disto, Schacht foi convidado pelo Führer para reassumir a presidência do Reichsbank, cargo que aceitou em março de 1933.

Inicialmente não foi empreendida uma reformulação do sistema econômico da República de Weimar. Os nazistas procuraram se associar a empresários, com vistas a promover uma política de criação de empregos, além do investimento em infraestrutura pública, estradas e moradia. Por influência de Schacht e Seldte, ministro do trabalho, Hitler adiou a política de rearmamento, pois foi convencido da urgência da criação de empregos economicamente úteis²³. “De fato, havia poucos projetos militares com grande efeito na criação de vagas de trabalho” (SCHACHT, 1999 apud MARTINS, 2010, p. 25).

Políticas de cunho keynesiano²⁴ passaram a ser realizadas e o governo decidiu adotar medidas de natureza fiscal e tributária. A política de crédito ao consumo também foi posta em prática e teve uma grande aceitação do partido nazista, pois serviu para aumentar tanto os gastos do governo quanto da população. “A convicção de que a saída da depressão econômica, que se prolongava desde 1928, passava por políticas de estilo keynesiano de expansão da demanda agregada via gastos públicos era compartilhada entre os membros do movimento nazista” (FEIJÓ, 2009, p. 247).

O partido nazista, aliás, foi o primeiro grande partido a utilizar e promover as ideias de Keynes, isto antes mesmo de conseguirem chegar ao poder. Hitler, no entanto, mostrou-se temeroso em relação a isto, pois no que concernia a assuntos econômicos, ele preferia políticas econômicas conservadoras. Contudo, ele não conseguiu manter-se alheio às solicitações dos membros mais radicais do partido e permitiu a implantação do Programa do NSDAP de Reconstrução econômica, cuja estratégia era buscar a aliança dos empresários para conseguir executar as políticas. “A criação de emprego não se daria por meio de políticas

²³ Hitler pensava que a união dos dois programas, criação de empregos e rearmamento, resolveria concomitantemente o principal problema da economia alemã e ampliaria o poder militar da nação.

²⁴ Keynes passou a ser bastante admirado pelos nazistas desde que havia escrito o livro “As consequências econômicas da Paz” em 1919, no qual criticava categoricamente o Tratado de Versalhes.

fiscais irresponsáveis que onerassem o Tesouro, mas valendo-se da parceria com o Reichsbank que apoiaria os programas de crédito produtivo” (FEIJÓ, 2009, p. 248).

A mudança na economia aconteceu de forma gradual, seguindo o receituário keynesiano, e estava baseada em três pontos: medidas de expansão de crédito, de incentivos fiscais e políticas específicas de investimento. Tudo isto para que fossem corrigidas as falhas das políticas econômicas liberais até então empregadas, uma maior centralização da economia e principalmente o combate ao desemprego. Sobre o funcionamento desta política econômica, Feijó escreveu:

Do lado do crédito, procurou-se estimular a indústria de bem de consumo e, ao mesmo tempo, incentivar a expansão demográfica. Assim, criou-se mecanismo de empréstimos subsidiados (sem juros) para casamento, para aquisição de móveis e utensílios domésticos a recém-casados etc. Do lado tributário, foram removidos os impostos sobre veículos como um meio de estimular a sua produção. Sobre os investimentos, o financiamento público concentrou-se na construção e manutenção de estradas, na construção de prédios públicos, na indústria de transporte e algo para o rearmamento²⁵. (FEIJÓ, 2009, p. 248).

O novo governo, portanto, abandonou a economia política ortodoxa tanto por influência keynesiana dos nazistas quanto pelo endividamento externo agravado pela retração da economia mundial à época, que fez com que as exportações alemãs se reduzissem à metade. Os credores, então, por receio de não receberem pagamento dos empréstimos feitos pela Alemanha, passaram a cobrar o pagamento da dívida.

As medidas adotadas pelo Estado intervencionista alemão atingiram o mercado financeiro e o de trabalho. No caso do primeiro, houve supervisão do Estado sobre o sistema bancário e de mercado de capitais, de modo a evitar crises de liquidez e manter o nível de crédito na economia. Já no mercado de trabalho foi instituído o congelamento dos salários no ano de 1934 (medida que vigorou até 1945) e a extinção das centrais sindicais, fazendo com que as barganhas coletivas para melhorias salariais também deixassem de existir. As greves foram proibidas e todos os trabalhadores, mesmo os do alto escalão, tiveram que se filiar à Frente de Trabalho Alemã que era vinculada à Câmara Econômica do Reich, responsável pelo controle de todas as atividades econômicas no país, inclusive das empresas que foram organizadas em grupos específicos e depois unificadas em cartéis compulsórios. Já as outras áreas da economia como comércio, agricultura, entre outros, ficaram sob a jurisdição de um dos grupos do Reich. O controle do estado alcançava também mercados e preços, além de

²⁵ A construção das rodovias não despertava o interesse dos militares que preferiam as ferrovias.

determinar os métodos de produção. Até mesmo as questões trabalhistas eram controladas, seja nas cidades ou no meio rural. Segundo Feijó:

A experiência nazista começou substituindo a ênfase liberal da República de Weimar por uma política mais intervencionista de estilo keynesiano. Respeitou-se o modelo de economia mista com mercados, razoável estabilidade monetária e a sintonização da economia por meio de políticas fiscais apropriadas. O planejamento no Terceiro Reich não alcançou o grau de centralização e de controle das economias comunistas. Constituía, porém, uma tentativa até então desconhecida nas economias ocidentais de integrar num plano geral as estratégias setoriais de ação econômica. (FEIJÓ, 2009, p. 250).

O planejamento da economia foi concebido para ser executado em oito anos e dividido em dois Planos Quadrienais. O primeiro plano se estendeu do ano de 1933 até 1936 e seu foco era a criação de empregos. Já o segundo durou de 1937 até 1940, havendo nesta fase uma maior intervenção do estado na economia, que passou de uma economia mista keynesiana, ou seja, onde parte dos meios de produção pertence ao Estado e a outra a empresários particulares²⁶, para uma de comando ou gerenciada, onde o governo ajusta preços e determina os níveis de produção, mas sem ser uma economia centralmente planejada, onde os meios de produção e o planejamento da economia são propriedade do Estado²⁷.

O Primeiro Plano Quadrienal teve como meta a retomada do crescimento econômico, numa conjuntura de retração da atividade comercial mundial, queda no valor dos produtos alemães para exportação e diminuição das reservas do país em ouro e divisas. Para conseguir superar esta situação, o Estado tomou uma série de medidas de intervenção no setor externo da economia instituindo o monopólio estatal do mercado cambial, com o racionamento de divisas e importação de alimentos e itens estratégicos para o esforço de rearmamento. “O equilíbrio comercial seria alcançado através da continuação da política de minidesvalorização cambial iniciada no governo de Brüning.” (FEIJÓ, 2009, p. 250).

Neste primeiro plano Schacht foi o responsável pela injeção de recursos na economia. Para que fosse possível financiar a criação de empregos e recuperar a economia alemã, ele elaborou os “Saques Mefo”, que foi a alternativa encontrada para captação de recursos via emissão de títulos públicos numa situação em que a Alemanha se encontrava totalmente sem crédito. Ele forjou a criação de uma sociedade anônima chamada Metallurgische

²⁶ Nessas condições, o Estado, além de orientar a economia, detém a propriedade de importantes empresas em setores considerados estratégicos (bancos, indústrias de base, transporte, saúde e educação). (SANDRONI, 1999, p. 191).

²⁷ O Estado, através de órgãos especializados, administra a produção em geral, determinando seus meios, objetivos e prazos de concretização; organiza os processos e métodos de emprego dos fatores de produção; controla de forma rígida os custos e preços dos produtos; controla ainda os mecanismos da distribuição e dimensiona o consumo. (SANDRONI, 1999, p. 190).

Forschungsgesellschaft m.b.H. – Mefo, formada por quatro grandes empresas: Siemens, Gutehoffnungshutte, Krupp e Rheinmetall, e cujo capital inicial era de um milhão de marcos. Este esquema funcionaria da seguinte forma:

Essa empresa privada emitiria títulos (Saques Mefo), garantidos pelo governo, e que poderiam ser descontados na rede bancária alemã, depois de determinado prazo. Os bancos, por sua vez, poderiam trocar os Saques Mefo por marcos diretamente no caixa do *Reichsbank*, respeitando também certos prazos. Os títulos pagariam juros de 4% ao ano. O governo alemão, de posse desses títulos, passou a pagar suas despesas com as empresas fornecedoras por meio dos Saques Mefo, sem emitir papel-moeda. As empresas, entretanto, preferiram não descontar os títulos, pois rendiam juros anuais significativos para uma economia estabilizada. (COUTO & HACKL, 2007, p. 332).

O que aconteceu foi a emissão de 4 milhões de marcos em Saque Mefo, e que durante os anos de 1934 e 1938, atingiram o total de 12 milhões de marcos. No início foram imediatamente utilizados em obras públicas e depois no rearmamento. Esta situação foi uma representação prática do “multiplicador keynesiano”: demanda efetiva era gerada pelos Saques Mefo, aumentando a produção e o nível de emprego. Além disso, quando eram descontados por marcos não causavam inflação já que a recuperação do nível de produção fazia com que mais papel-moeda entrasse em circulação. Sobre os efeitos dos Saques Mefo na economia, Schacht afirmou:

No que diz respeito à praticabilidade do sistema, o governo podia pagar as encomendas que fazia à economia privada, e que posteriormente se estenderam em especial para o rearmamento, com os saques Mefo. Os fornecedores podiam trocar os títulos imediatamente por dinheiro no *Reichsbank* (...). Ocorreu que, como eu havia esperado, o dinheiro parado nos caixas e bolsos das empresas, que não se queria ou não se podia aplicar a longo prazo, foi utilizado imediatamente para essa aplicação de curto prazo. Como os saques davam 4% de juros e podiam ser trocados a qualquer momento pelo *Reichsbank*, substituíam, por assim dizer, o caixa em espécie, que de resto era mantido, e, além disso, ofereciam o lucro dos juros. Esse sistema tornou possível que cerca de seis milhões de marcos em saques Mefo, cuja circulação total em quatro anos aos poucos subiu para 12 milhões de marcos, fossem absorvidos pelo mercado, não indo, portanto, para o *Reichsbank*. Com isso evitou-se qualquer efeito inflacionário do financiamento da geração de empregos e qualquer desvalorização monetária (Schacht, 1999 apud COUTO & HACKL, 2007, p. 332).

Schacht liberou verba para a realização de obras públicas, uma vez que a construção civil demanda uma grande quantidade de mão de obra. Desta forma, obras como a construção de diques, desmatamento, drenagens hospitalares, asilos e as imensas e famosas autobahns²⁸ foram realizadas naquela época. Em poucos meses houve a queda acentuada do desemprego, chegando a desaparecer em alguns distritos.

²⁸ Autoestradas seguras de alta velocidade que cruzaram toda a Alemanha.

Sobre a política econômica alemã, Galbraith escreveu:

A partir de 1933, Hitler tomava dinheiro emprestado e o aplicava, e o fez com liberalidade, como Keynes teria recomendado. Parecia ser a coisa mais indicada a fazer, dada a taxa de desemprego reinante. De início, os gastos foram mais voltados a obras públicas - ferrovias, canais, edifícios públicos, as famosas Autobahnen, ou super-rodovias. O controle do câmbio então impediu que os apavorados alemães enviassem dinheiro ao exterior, e quem tivesse uma renda crescente deixava de gastar muito na compra de coisas importadas. O resultado foi exatamente o que um keynesiano poderia desejar. Em fins de 1935, o desemprego chegava ao fim na Alemanha. Em 1936, uma renda elevada estava forçando a alta dos preços ou, então, propiciando esta alta. Da mesma forma, os salários começavam a aumentar. Por isso, foi decretado um teto tanto para os preços como para os salários, e essa medida também deu certo. A Alemanha, em fins da década de 30, tinha emprego para todos e preços perfeitamente estabilizados. Isso constituía, no mundo industrializado, um feito inteiramente inédito. (e nunca mais repetido...) (GALBRAITH, 2013, p. 1).

Mas a expansão do emprego gerou o aumento da demanda privada, o que acabou ocasionando escassez de oferta, uma situação que, para os nazistas, tornou imprescindível que o Estado interviesse ainda mais na economia para frear este aumento da demanda. O Segundo Plano Quadrienal foi posto em prática e tinha como objetivo o rearmamento da Alemanha.

Hermann Goring foi o responsável pela implantação desta etapa onde se buscou intensificar os controles que já existiam no Primeiro Plano Quadrienal, além de criar novos instrumentos como a criação de impostos e indicação de prioridades, ambos para regulamentar os investimentos. Além disso, foram estabelecidos o controle cambial, políticas de administração da demanda e alocação da força de trabalho. O objetivo de Goring era alcançar a eficiência da economia para que o país pudesse estar preparado para a guerra em quatro anos. Os investimentos se deslocaram da construção civil e de bens de consumo para a produção de armamentos. “O eixo maior de ação consistia em estimular a produção bélica sem prejuízo do padrão de vida alcançado com a recuperação anterior da economia alemã. Para tanto, perseguia reduzir a dependência externa da economia e reformar o sistema regulador.” (FEIJÓ, 2009, p. 251).

O que acabou acontecendo durante esta fase foi que a intervenção estatal causou uma distorção do padrão de consumo, assim como do comércio internacional, uma vez que a política do governo favorecia os grupos ligados à produção de armamento, já que os lucros cresciam por favorecimentos proporcionados pelos contratos com o Estado. Nestes casos, o governo nazista não sufocou a iniciativa privada e o empreendedorismo, mas antes, permitiu que surgisse entre eles uma relação vantajosa, onde a iniciativa privada influenciava as decisões governamentais e ao mesmo tempo reconhecia e aceitava a autoridade do estado nazista.

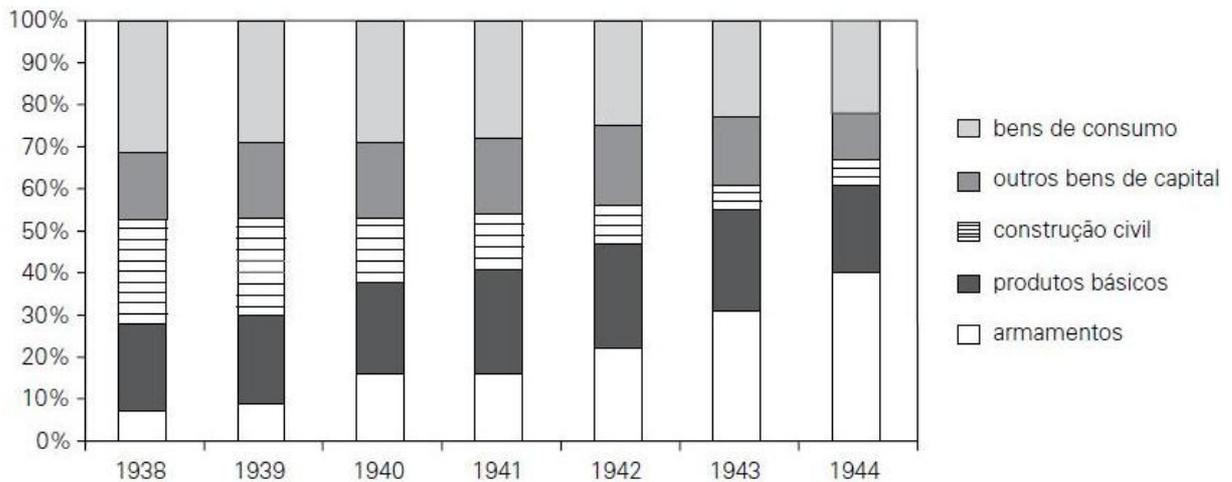
“Ohlerdof, economista do Reich, caracterizou a economia nazista de economia de concorrência imperfeita que favorecia grandes firmas” (GRUNBERGER, 1970 apud FEIJÓ, 2009, p. 251), pois o que passou a acontecer na Alemanha nazista foi não apenas uma competição de mercado entre empresas grandes e pequenas, onde prevaleciam questões sobre preço e eficiência, mas a competição havia se tornado de natureza política onde a meta era conseguir uma melhor posição na rede de poder do Terceiro Reich alemão. Sendo assim, grandes empresas como a I.G. Farben²⁹, Volkswagen e a Porsch estavam ligadas às áreas de planejamento e liderança pessoal do Plano Quadrienal, ao passo que pequenas empresas do setor de bens de consumo perderam a liberdade. O Plano Quadrienal acabou influenciando a fragmentação do poder estatal, uma vez que ele mesmo competia com setores do governo como o ministério da economia e do trabalho. “O próprio estado ficava cada vez mais fragmentado, rateado entre feudos de poder comandados por Czares da economia, influentes gerais, homens fortes do partido nazista e pessoas do círculo pessoal de Hitler” (FEIJÓ, 2009, p. 525).

O desejo de realizar uma guerra de curta duração sempre foi o desejo dos nazistas e, para tanto, montaram a estratégia de guerra relâmpago (Blitzkrieg³⁰) onde toda a produção de armamentos das indústrias alemãs ocorria em função desta estratégia. A economia de paz seria mantida mesmo em tempos de guerra e todos os gastos voltados para este fim seriam amenizados pelos espólios obtidos através das conquistas dos países derrotados. O gráfico abaixo mostra como se comportou a produção alemã entre os anos de 1938 e 1944.

²⁹ Grupo de Interesse de Tintas, formada em 1925 pela união das mais importantes empresas químicas da Alemanha, com sede em Frankfurt. No ano de 1939 possuía 250 mil funcionários e produzia 43 tipos de materiais bélicos.

³⁰ Foi a tática empregada pelos alemães na segunda guerra para surpreender e esmagar os inimigos. Consistia no avanço de blindados, apoiados por aviões e pela infantaria motorizada. Tudo sendo coordenado em movimentos rápidos e eficientes das tropas.

Gráfico 2 - Produção líquida alemã por ramo industrial (% do total)



Fonte: Petzina, 1968, apud Abelschauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 252.

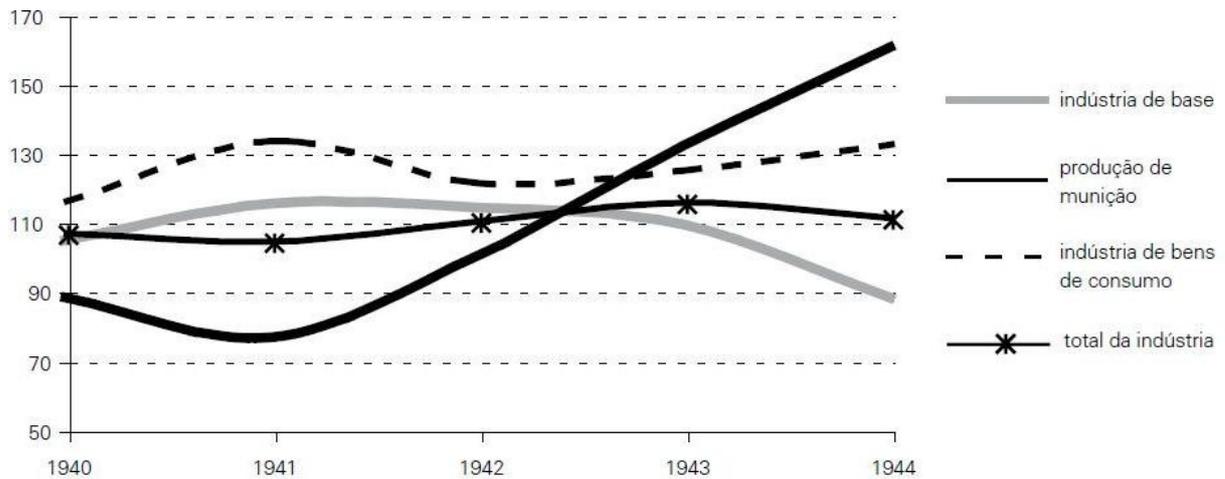
A produção alemã de bens de consumo se manteve estável durante este período, sendo responsável por 30% do produto industrial total. Houve um decaimento da produção de armamentos em 1941, decorrente da conquista da França no ano anterior. A maior redução, no entanto, é percebida no setor de bens de construção civil, uma vez que durante o Segundo Plano Quadrienal o setor de construção civil sofreu uma redução nos investimentos em detrimento do setor armamentista. Observa-se também que houve uma estagnação da produção industrial no período que vai de 1939 a 1942 onde o setor de bens de consumo evidencia uma queda de oferta de bens, sendo compensado pelo acréscimo da produção do setor de bens de produção.

Mas a produção retoma seu crescimento no ano de 1943, impulsionada principalmente pela mudança estrutural instituída pelo governo, que reformula, através de Albert Speer³¹, o Ministério de Armamento e Munição que passou a ter a função de coordenar as ações dos empresários, uma vez que a ênfase passou a ser dada à indústria privada. Speer coordenou um processo de racionalização das cadeias de comando na demanda por armas, concentrando a produção nas firmas mais eficientes. Este sistema havia sido inaugurado por Fritz Todt³², que planejou os comitês formados por especialistas da indústria e não por militares. No entanto, conforme verificado no gráfico abaixo, outros setores não atingiram os mesmos resultados.

³¹ Conhecido como “O bom nazista”, foi o arquiteto-chefe e ministro do Armamento do Terceiro Reich.

³² Antecessor de Speer, morto em fevereiro de 1942 em um acidente aéreo.

Gráfico 3 - Produção por trabalhador na indústria alemã (% de 1939)

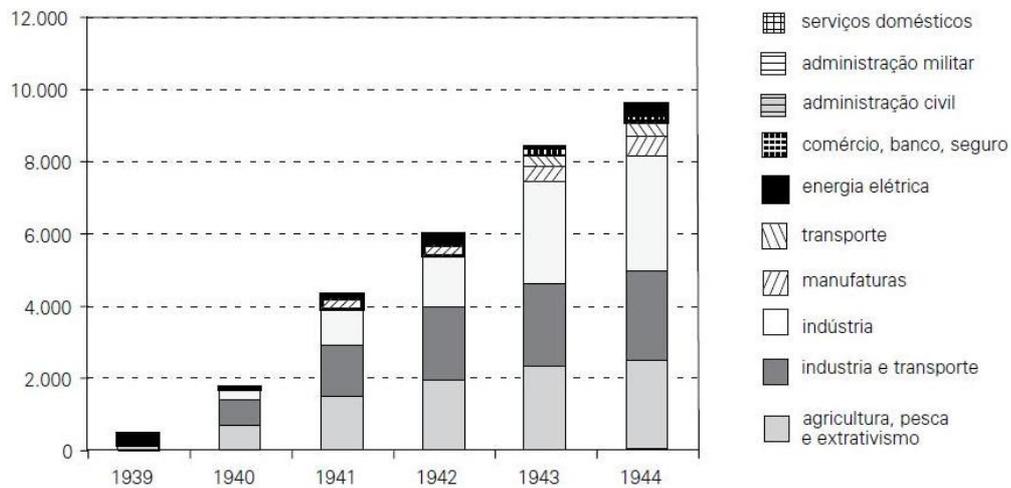


Fonte: Eichholtz, 1985, apud Abelshauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 253.

Uma vez que o setor de produção de armamentos passou a ser prioritário, ele apresentou um aumento constante da produtividade, sendo o dobro em 1944 do que foi em 1941, em detrimento das outras indústrias como as de base, voltada para a produção de matéria-prima, máquinas e ferramentas, apresentou o maior declínio da produtividade a partir de 1942.

Uma das maiores realizações de Albert Speer foi a racionalização da força de trabalho uma vez que o país contava com um contingente de mão de obra bastante diversificada e sem qualificação, alocados nas áreas de agricultura e transporte, chegando a um total de 4,5 milhões de escravos e estrangeiros. Esta mão de obra precisava ser ajustada aos esforços de guerra, ou seja, anexada à produção industrial de armamentos. Desta forma, os métodos nas fábricas foram simplificados e houve transferência de trabalho forçado e menos qualificado para a indústria. O gráfico abaixo mostra a evolução da utilização desta mão de obra na indústria alemã entre os anos de 1939 e 1944, onde em 1941, o número de trabalhadores nesta condição passou de 965 mil no ano de 1941 para 3100 mil.

Gráfico 4 - Tamanho e composição da força de trabalho civil na Alemanha por ramo industrial. Fronteiras pré-guerra. Trabalho forçado e estrangeiros. Em milhares de trabalhadores



Fonte: Abelshauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 254.

Speer passou a dar mais liberdade às grandes indústrias, pois ele tinha a opinião de que a eficiência delas crescia à medida que diminuía o controle do Estado. “Ele percebia a importância do empresário empreendedor e valorizava a liderança carismática de grandes empresários na indústria de armamentos.” (FEIJÓ, 2009, p. 254). Pessoas com formação superior passaram a ter preferência nas promoções e todas as empresas, mesmo as de pequeno porte, tiveram que realizar programas de treinamento compulsório.

Atitudes como esta evidenciam que o estado nazista era um estado totalitário, mas sem alcançar, no entanto, o que buscava a ideologia comunista que era a “construção de uma administração econômica centralizada, abolindo quase completamente a propriedade privada e submetendo o sistema econômico a um planejamento totalitário” (FEIJÓ, 2009, p. 254).

3.3 A eficiência da política econômica nazista durante o segundo Reich

*“Era uma vez um Rei que fez a promessa de levantar um convento em Mafra.
Era uma vez a gente que construiu esse convento.”*

Memorial do convento, José Saramago.

A economia do terceiro Reich constituiu-se de forte intervenção estatal que mantinha sob intenso controle as empresas privadas, o sistema de preços e de salários, mas cuja economia, quando comparada à socialista, apresentava-se mais descentralizada devido à incapacidade do poder central³³ de submetê-la às regras do centralismo econômico. Segundo Feijó,

O sistema econômico adotado pelos nazistas conjugava aspectos aparentemente contraditórios: uma economia com elevado grau de planejamento estatal, com controle dos negócios privados e forte intervenção no sistema de preços e de salários; ao mesmo tempo, uma economia que apresentava um poder central fraco, que não conseguia submetê-la totalmente aos ditames do centralismo econômico. Então havia certamente um grau maior de descentralização econômica na Alemanha de Hitler do que nos sistemas econômicos socialistas. (FEIJÓ, 2009, p. 255).

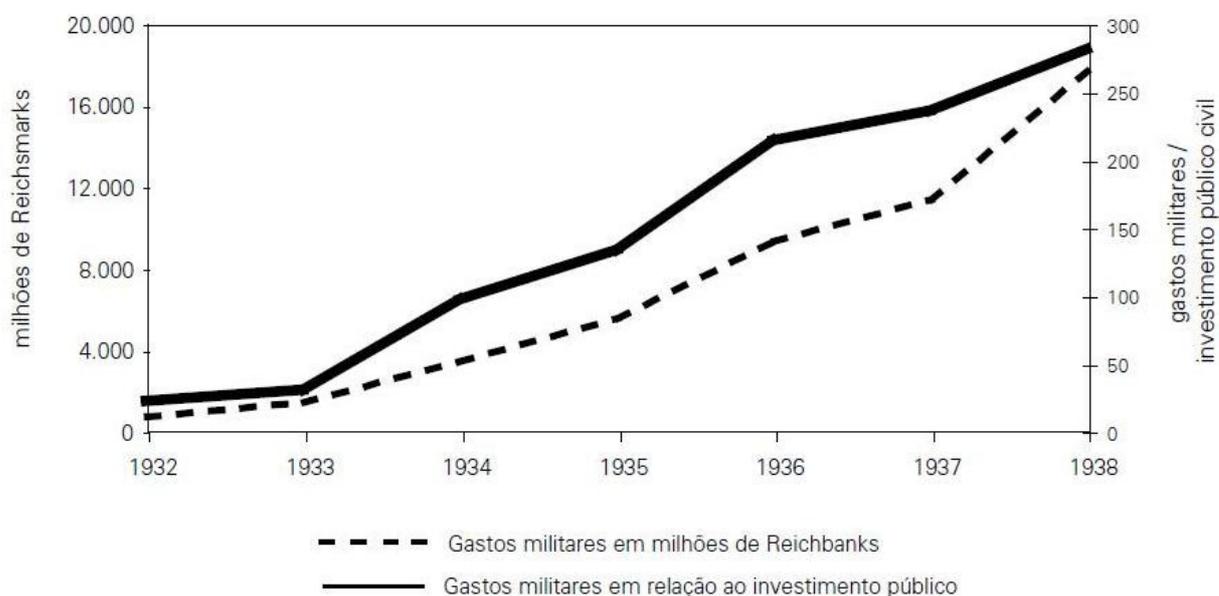
Os nazistas mantiveram uma parte da produção dos insumos no âmbito privado, permitido às empresas funcionarem com certo grau de autonomia dentro de um sistema de metas de produção, mas que não produzia pressão sobre os empresários, uma vez que estes, desde o início, apoiaram o regime nazista e mantinham-se fiéis a ele. A poderosa máquina de produção civil e militar conseguiu, também através da imposição de métodos brutais a uma grande parcela de mão de obra parcialmente escravizada, e num ambiente econômico descentralizado, obter êxito.

A análise da eficiência da economia alemã nazista pode ser corroborada pela análise dos dados econômicos referentes a este período. Mesmo não constituindo unanimidade entre os historiadores, a ênfase dada pelo governo ao esforço de rearmamento movimentou cerca de 70 bilhões de Reichsmarks³⁴, soma que era equivalente ao PNB da Alemanha no ano de 1931. O gráfico abaixo mostra os gastos que a Alemanha empreendeu entre os anos de 1932 e 1938 e sua proporção em relação ao investimento público civil.

³³ Historiadores chamam a atenção ao fato de que o regime nazista sempre apresentou uma forte rede de intrigas entre os figurões do partido que disputavam entre si maiores parcelas de poder e status.

³⁴ Dados estimados.

Gráfico 5 – Alemanha de Hitler: gastos militares em milhões de Reichsmarks e em relação ao investimento público total

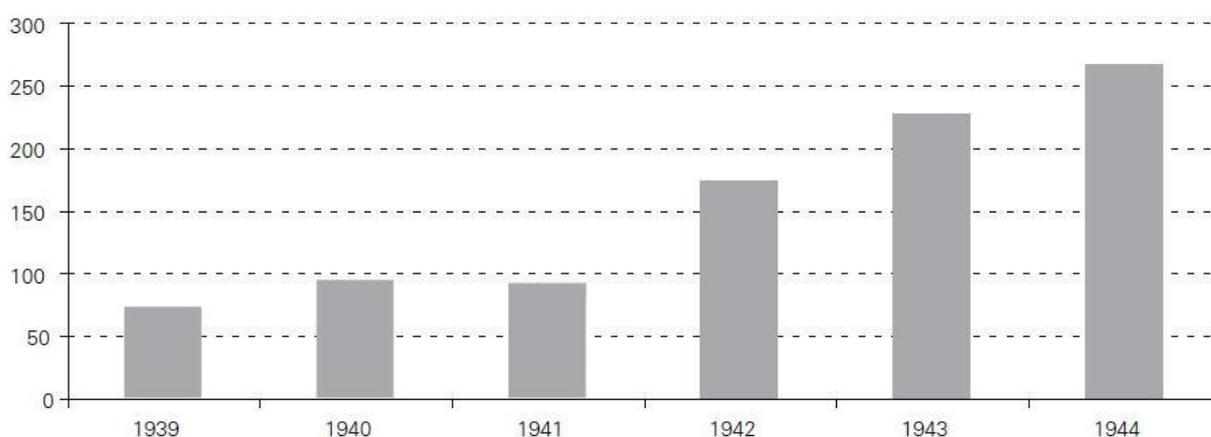


Fonte: Abels Hauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 259.

Depreende-se, então, que os gastos militares se intensificam a partir de 1936, após a recuperação da crise de 29 e com o início da aplicação do Segundo Plano Quadrienal na gestão de Goring. Este financiamento ocorreu com a criação dos Saques Mefo, cujo funcionamento já foi explanado anteriormente. Através da utilização deste mecanismo, a Alemanha conseguiu promover o rearmamento “sem sacrificar os programas da economia de paz, sem muito aumento de impostos, sem gerar inflação e mantendo-se a confiança do público na seriedade do Reichsbank” (FEIJÓ, 2009, p. 260).

Contudo, a dívida fiscal apresentou um comportamento ascendente passando de 13,9 bilhões de Reichsmarks no biênio 1933-1934 para 41,7 bilhões em 1938-1939, do qual cerca de 60% representava títulos de médio e longo prazos. O descontrole da dívida ocorreu apenas no período da guerra quando subiu de 90 bilhões de Reichsmarks em 1941 para 373,5 bilhões em 1945. A associação da dívida pública e os Saques Mefo conseguiram manter a inflação controlada, apresentando apenas um aumento de 3,4% entre os anos de 1936 a 1939, mesmo num cenário de crescimento da economia alemã. No gráfico 6 pode ser observada a produção de armamentos e munições na Alemanha entre os anos de 1939 a 1944.

Gráfico 6 – Produção de armamentos e munições na Alemanha, média mensal (jan-fev 1944=100)³⁵



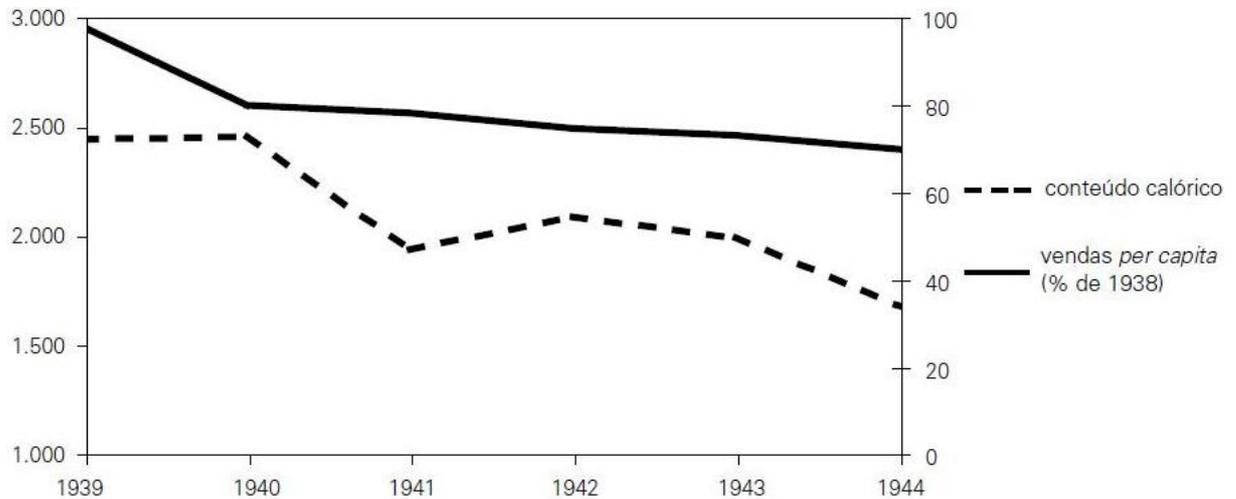
Fonte: Abelshauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 261.

Toda a produção de armamentos na Alemanha estava intimamente relacionada à realidade no front. A redução da produção percebida no ano de 1941 deveu-se às vitórias da Alemanha em razão do uso da estratégia de Blitzkrieg que fez com que o terceiro Reich pensasse que os aliados iriam capitular ante seu poderio. Entretanto, no ano seguinte, em 1942, a derrota em Moscou promoveu um aumento da produção que manteve uma expansão significativa até o ano de 1943.

Por fim, no que diz respeito à produção civil, o desempenho da economia nazista pode ser avaliado através da análise dos dados sobre as vendas per capita no varejo e o consumo calórico entre os anos de 1939 e 1944, representados no gráfico abaixo.

³⁵ O gráfico mostra a média mensal de produção sendo considerada a média mensal do primeiro bimestre do ano de 1942 igual a 100.

Gráfico 7 – Vendas per capita no varejo na Alemanha (% de 1938) e conteúdo calórico das rações para um membro de família trabalhador

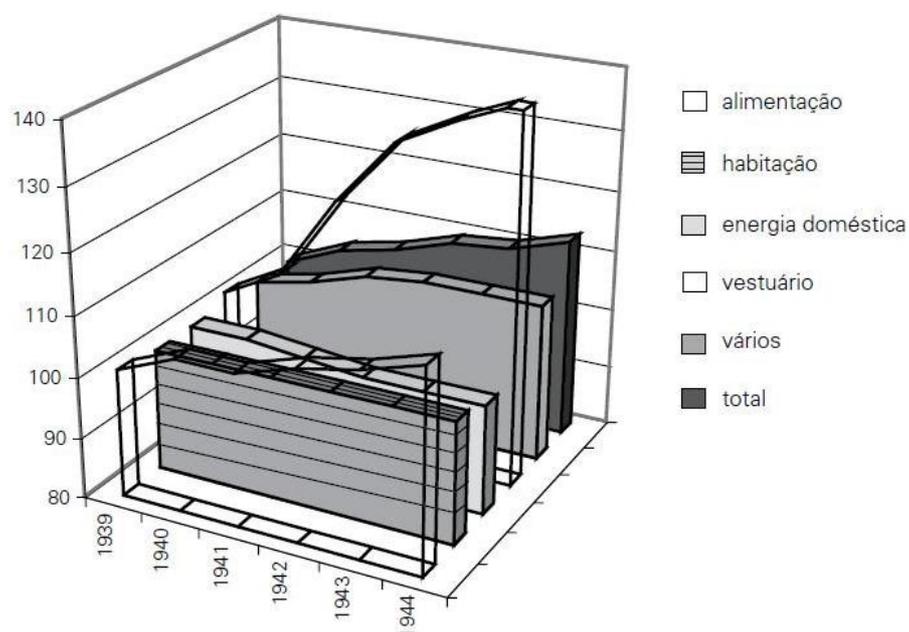


Fonte: Abelschauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 262.

Quando a guerra iniciou em 1939 a dieta de um cidadão alemão era composta por 2,5 mil calorias/dia e se manteve neste patamar até o ano seguinte. Em 1941 caiu para 1,6 mil calorias/dia, como resultado da adaptação da Alemanha ao estado de guerra, permanecendo acima deste nível até o ano de 1944. No entanto, esta situação só foi possível através do envio de alimentos dos países conquistados à Alemanha durante este período. Já as vendas per capita no varejo caíram no primeiro ano, mas se mantiveram estáveis até 1944, mesmo com a derrota sendo iminente, atingindo um nível de 70% do nível alcançado em 1938. Estes dados, então, confirmam que a economia da Alemanha nazista conseguiu proporcionar à população uma situação de bem-estar, mesmo em tempos de guerra.

Mas um dos maiores inimigos do povo alemão, a inflação, foi mantida sob controle, a despeito do estado de guerra. O custo de vida sofreu um aumento de apenas 13% durante o período que vai de 1939 até 1944. O gráfico 8 mostra o comportamento do custo de vida durante este período como porcentagem de 1938.

Gráfico 8 – Custo de vida para a família alemã, % de 1938



Fonte: Abelshauser, 2000, apud Feijó, 2009, p. 264.

É importante salientar que o governo manteve vários preços controlados através do estabelecimento de um sistema de cotas compulsórias de consumo que substituíram o tradicional racionamento. No gráfico podemos verificar que tanto os preços de habitação quanto o de energia doméstica não sofreram variações. A inflação foi percebida apenas em itens de alimentação e vestuário, sofrendo estes últimos um aumento de sua oferta no mercado alemão em decorrência do envio por parte dos países ocupados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho realizou uma descrição histórica da situação econômica alemã no período entre guerras, destacando os fatos que a levaram de uma crise econômica ao plano emprego através da implantação do receituário keynesiano por um Estado totalitário.

Após o término da Grande Guerra em 1918, a Alemanha foi definida como a causadora do conflito e, portanto, caberia a ela o ônus total das reparações. O Tratado de Versalhes, assinado em 1919, configurou o declínio político, econômico e social do país, uma vez que as vultosas somas impostas como pagamentos levaram-no a enfrentar uma hiperinflação que ocasionou o total colapso da moeda.

Neste período John Maynard Keynes, economista inglês, escreveu o livro “As consequências econômicas da Paz” onde critica a postura dos Aliados na elaboração do Tratado de Versalhes que retirava todas as possibilidades da Alemanha ser capaz de novamente se desenvolver. Keynes também participou de uma conferência proposta pelos alemães no intuito de conseguir uma revisão das cláusulas das reparações. O parecer de Keynes sugeriu a estabilização da moeda, o retorno ao padrão ouro, o controle monetário austero por parte do governo e o ajuste fiscal no longo prazo. Mas tudo sendo possível apenas com a moratória da dívida. Keynes, no entanto, subestimou a intransigência dos aliados, que não admitiram que os pagamentos fossem suspensos.

Neste contexto, o banqueiro Hjalmar Schacht, que se tornou Secretário da Moeda do Reich, promoveu uma volta à normalidade quando propôs a criação de uma nova moeda, o Rentenmark, aliada a reforma fiscal e a fixação da taxa de câmbio. Esta estabilização proporcionou à Alemanha vivenciar uma fase de reorganização econômica, uma vez que a hiperinflação havia acabado. Este processo ficou conhecido como “o milagre do Rentenmark” e a Hiperestabilização durou até 1929, época da crise econômica originada nos Estados Unidos, que fez com que a frágil república de Weimar não conseguisse mais manter a economia alemã nos eixos.

Este cenário propiciou a chegada de um grupo nacional-socialista ao poder, sob a forma do partido Nazista, que defendiam que o Estado precisava ter o controle absoluto e que os interesses coletivos deveriam suprimir os individuais, para que desta forma seja capaz de viver e prosperar. Os Nazistas promoveram uma forte propaganda política que conclamava a nação a abraçar seus ideais, sendo o partido nazista representante máximo da Alemanha. O

Fuhrer Adolf Hitler foi considerado o representante máximo do Estado, um salvador que levaria o país à revanche contra aqueles que a humilharam após a Primeira Guerra Mundial.

O partido nazista foi capaz de promover o crescimento da economia alemã desenvolvendo planos quadrienais que puseram em prática a teoria keynesiana antes mesmo de chegarem ao poder, uma vez que este era aclamado no país como o defensor do povo alemão. A despeito da opinião de Hitler, avesso às experimentações no campo econômico, o partido acabou implantando o receituário de Keynes: medidas de expansão de crédito, de incentivos fiscais e políticas específicas de investimento. Tudo isto para que fossem corrigidas as falhas das políticas econômicas liberais até então empregadas, uma maior centralização da economia e principalmente o combate ao desemprego. Desta forma, os nazistas foram keynesianos antes de Keynes, logrando êxito no estabelecimento de uma economia que abandonou o viés liberal, tendo como metas o fim do desemprego, alcançado em fins de 1935, e o rearmamento, secreto, para fins bélicos (uma vez que o estado alemão necessitava de um espaço vital, que para um povo desta grandeza, correspondia a toda a Europa).

Dados da época mostram que os nazistas conseguiram manter um controle dos preços e do nível da produção que foi capaz de proporcionar uma economia de paz mesmo em tempos de guerra. Entretanto, a economia alemã era ainda mais consumidora que produtora, o fantasma da inflação voltou a assombrar os alemães, porém, não na mesma magnitude da época da república de Weimar. Alguns historiadores acreditam que as pressões econômicas e o crescimento bélico alemão e constantes pressões para a utilização deste novo poderio militar, levaram o país a deflagrar a Segunda Grande Guerra também como forma de dar sustentabilidade à sua política econômica consumista e inflacionária.

REFERÊNCIAS

BATISTA JR, Paulo Nogueira. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. **A luta pela sobrevivência da moeda nacional**: Ensaio em homenagem a Dilson Funaro. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BEAUD, Michel. **História do capitalismo: de 1500 até nossos dias**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BEAMS, Nick. Década de 1920: o caminho para a depressão e o fascismo. **World Socialist Web Site**, 2009. Disponível em: <<http://www.wsws.org/pt/2009/sep2009/por1-s15.shtml>>, acessado em 18/01/13.

BRAGA, José Carlos de Souza. In: FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de, (et al.). **Economia monetária e financeira: teoria e política**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COGGIOLA, Oswaldo. A crise de 1929 e a depressão da década de 30. Disponível em <<http://www.kantoximpi.blogspot.com.br>>, acessado em 20/12/12.

COSTA, Rodrigo de Freitas. **Incerteza, paradoxo e criatividade na república de Weimar**. Revista de História e Estudos Sociais, v. 2, Ano 2, nº 4, 2005.

COUTO, J. M.; HACKL, G. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n.3, p. 311-341, dez. 2007.

CURY, Vania Maria. **História da industrialização no século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

FEST, Joachim. **No bunker de Hitler**: Os últimos dias do Terceiro Reich. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

FRANCO, Gustavo H. B. Prefácio. In: SCHACHT, H. **Setenta e seis anos de minha vida**. São Paulo: Editora 34, 1999, disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/schacht.pdf>>, acessado em 23/06/11.

FEIJÓ, Luis Chaves. Uma interpretação do Primeiro Milagre econômico alemão (1933-1944). **Revista de Economia Política**, Ribeirão Preto, v. 29, n. 2 p. 245-266, abril-junho/2009.

HENING, Ruth. **O Tratado de Versalhes 1919-1933**. São Paulo: Ática, 1991.

HITLER, Adolf. **Minha luta**. São Paulo: Centauro, 2001.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GALBRAITH, John Kenneth. Economia da Alemanha Nazista. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/36744247/Economia-Da-Alemanha-Nazista>>, acessado em 07/06/11.

KEYNES, John Maynard. **As consequências econômicas da paz**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002.

MAIA, José Nelson Bessa. Aplicação das três Imagens ou Níveis de Análise ao Exame das Origens e Causas da Primeira Guerra Mundial, disponível em: <http://files.demartone.webnode.com%20José%20Nelson%20Bessa%20Maia%20Aplicação%20Das%20Três%20Imagens>. Acesso em 06 jun. 2011.

MARQUES, A; BERUTTI, F.; FARIA, R. **História contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, Lucas Campos. Economia de Guerra da Alemanha: como a economia comporta-se frente a ocorrência de uma guerra. **Artigo** (bacharelado em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2010.

MELLO, Sylvia Lins de. República de Weimar: Alemanha 1919-1933. **Revista História e Ensino**, Londrina, v 2, p. 101-111. 1996.

MENESES, Filipe Ribeiro. O Tratado de Versalhes (1919). Janus 2008, disponível em www.janusonline.pt, acessado em 10/02/13.

MINERBI, Alessandra. **A história ilustrada do nazismo**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

NOGUEIRA, Flávio Schluckebier. O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado Alemão na República de Weimar. **III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica**, Brasília, 2010.

OSORIO, Luiz Felipe Brandão. Alemanha: a fênix da economia internacional? **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. V. 5 n. 8, janeiro-junho/2010.

OTANI, Nilo; FIALHO, Francisco Antônio Pereira. **TCC métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2011.

PEROSA JÚNIOR, Edson José. A Ascensão nazista ao poder: o NSDAP e a sua máquina de propaganda (1919-1933). **IV Congresso Internacional de História**, Maringá, 2009.

POSSAS, Mário Luiz. Demanda efetiva, investimento e dinâmica: a atualidade de Kalecki para a teoria macroeconômica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 3(2): 17-46, jul./dez. 1999.

REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O século XX: O tempo das certezas**. Volume 1. Da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCHWARZ, Peter. O outubro alemão: a revolução perdida de 1923, 2007, **World Socialist Web Site**. Disponível em: < <http://www.wsws.org/pt/2008/dec2008/ale1-d08.shtml>>, acessado em 17/01/13.

SENNHOLZ, Hans F. A hiperinflação alemã, 1914 – 1923. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**. Disponível em: < <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=169>>, acessado em 16/03/13.

SILVA, Guilherme Campos da. Conflitos de identidades na república de Weimar. **XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO Memória e patrimônio**. Rio de Janeiro, 2010. UNIRIO.

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha. **Macroeconomia**. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

THALHEIMER, August. **Sobre o fascismo**. Salvador: Centro de estudos Victor Meyer, 2010.

VIEIRA, Marcus Vinicius R. **A Alemanha Nazista e a Formação do Consenso**, 2009, disponível em www.historia.uff.br, acessado em 21/09/12.